DATA MERCANTIL

PUBLICAÇÕES LEGAIS • 01

Edição Digital • Ano 3 • São Paulo, 18 de abril de 2023

Adonai Química S.A.

CNPJ/MF nº 02.703.755/0001-88

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: A Administração da Adonai Química S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações financeiras, acompanhada do parecer dos Auditores Independentes, correspondentes aos exercícios findos em 31/12/2022 e de 2021, elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil. Nesta oportunidade a Presidência a Diretoria e a Administração da Adonai Química S.A. expressam os agradecimentos a todos aqueles que de alguma forma contribuíram à Companhia, possibilitando assim o sucesso da Adonai no mercado nacional e em especial reconhecemos as contribuições e confiança de nossos participantes, nossos acionistas, nossos clientes, nossos fornecedores, nossos parceiros, nossos funcionários e nossos colaboradores pelo empenho e dedicação, e em especial a Autoridade portuária Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP.

São Paulo, 28 de março de 2023.

A Diretoria.

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais)*

Balanços Patrimoniais

Ativo	Notas	2022	2021 Reapresentado
Circulante		**10.458**	**29.504**
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.094	20.905
Clientes	5	6.594	5.114
Estoques		192	–
Tributos a recuperar		73	1.233
Outros créditos		379	1.083
Despesas antecipadas		1.125	1.169
Não circulante		**302.409**	**222.002**
Partes relacionadas	6	24.055	28.242
Depósitos judiciais	14	2.117	1.376
Impostos diferidos	22.b	–	313
Imobilizado	7	2.465	1.159
Intangível	8	273.772	190.912
Total do ativo		**312.867**	**251.506**
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante		**63.285**	**29.901**
Empréstimos e financiamentos	9	23.307	12.596
Fornecedores	10	21.942	4.500
Obrigações trabalhistas	11	2.089	1.657
Obrigações tributárias	11	3.584	2.943
Contas a pagar	12	5.138	1.463
Dividendos a pagar	15.3	5.607	5.079
Compromisso com poder concedente	13	1.618	1.663
Não circulante		**71.464**	**51.833**
Empréstimos e financiamentos	9	51.573	32.516
Provisão para contingências	14	3.116	2.012
Obrigações tributárias	11	4.186	5.342
Contas a pagar	12	708	762
Compromisso com poder concedente	13	11.880	11.201
Patrimônio líquido	15	**178.118**	**169.772**
Capital social		150.000	148.601
Reservas de lucros		28.118	21.171
Total do passivo e patrimônio líquido		**312.867**	**251.506**

Demonstrações do Resultado

	Notas	2022	2021
Receita operacional líquida	**16**	**89.611**	**68.637**
(-) Custo de prestação de serviços	17	(40.176)	(38.460)
(=) Lucro bruto		49.435	30.177
(+/-) Despesas e receitas operacionais:			
Despesas administrativas e comerciais	18	(22.999)	(15.664)
Outras receitas/(despesas) operacionais	19	143	7.894
		(22.855)	**(7.770)**
(=) Lucro antes do resultado financeiro		**26.580**	**22.407**
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	20	(14.011)	(4.198)
Receitas financeiras	20	2.329	1.739
Variações cambiais líquidas	20	(128)	3
		(11.810)	**(2.456)**
(=) Resultado antes das provisões tributárias		**14.770**	**19.951**
Imposto de Renda e Cotribuição Social corrente	22.a	(5.346)	(3.672)
Imposto de Renda e Cotribuição Social diferido		(313)	(1.597)
		(5.659)	**(5.269)**
(=) Lucro líquido do exercício		**9.111**	**14.682**
Lucro por ação		0,006074	0,009788

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital subscrito	Capital a integralizar	Capital social	Reserva Legal	Reserva Especial	Reserva de Lucros	Lucros e prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**150.000**	**(1.399)**	**148.601**	**979**	**900**	**8.097**	**–**	**158.577**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	14.682	–
Absorção de prejuízos	–	–	–	734	1.046	12.902	(14.682)	14.682
Constituição de reservas	–	–	–	–	–	(3.487)	–	(3.487)
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**150.000**	**(1.399)**	**148.601**	**1.713**	**1.946**	**17.512**	**–**	**169.772**
Integralização de capital social	–	1.399	1.399	–	–	–	–	1.399
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	9.111	–	9.111
Constituição de reservas	–	–	–	456	649	(1.105)	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	(2.164)	–	(2.164)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**150.000**	**–**	**150.000**	**2.169**	**2.595**	**23.354**	**–**	**178.118**

Demonstrações do Resultado Abrangente

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	9.111	14.682
Outros resultados abrangentes	–	–
Total de resultados abrangentes do exercício	**9.111**	**14.682**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Das atividades operacionais	2022	2021
Resultado líquido antes das provisões tributárias	14.770	19.950
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	10.034	9.504
Resultado na venda ou baixa de ativos imobilizados e intangíveis	1	4
Juros e variações monetárias líquidas s/mútuos	(445)	(170)
Juros e variações monetárias e cambiais líquidas	10.335	3.131
Provisao/ (estorno) para demandas judiciais	(698)	(5.867)
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	–	(27)
Ajuste a Valor Presente Compromisso Poder Concedente	898	
Decréscimo (acréscimo) em ativos		
Contas a receber de clientes	(1.480)	(672)
Estoque	(192)	–
Tributos a recuperar	1.160	(1.233)
Outros créditos	704	(852)
Despesas antecipadas	44	50
Depósitos Judiciais	(741)	244
(Decréscimo) acréscimo em passivos		
Fornecedores	17.443	2.329
Obrigações trabalhistas e tributárias	1.720	(1.948)
Outras contas a pagar	4.383	841
Compromisso com poder concedente	3.469	(224)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**61.404**	**25.060**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(5.346)	(3.672)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**56.058**	**21.388**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizados e intangíveis	(98.698)	(17.244)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(98.698)**	**(17.244)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Amortização de empréstimos e financiamentos	(20.558)	(6.297)
Ingressos de empréstimos e financiamentos	39.990	1.412
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**19.432**	**(4.885)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos com acionistas		
Integralização de Capital	1.399	–
Mútuos concedidos ou pagos	–	(8.299)
Mútuos captados ou recebidos	4.634	205
Distribuição de dividendos	(1.636)	(1.407)
Caixa líquido utilizado pelas atividades de financiamentos com acionistas	**4.397**	**(9.501)**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(18.811)**	**(10.242)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	20.905	31.147
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.094	20.905
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(18.811)**	**(10.242)**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Individuais

1. Contexto operacional – A Adonai Química S/A (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado e tem sua sede e foro na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1306, 8 º andar, sala 85, Vila Olímpia, CEP 04547-005 e filiais na Cidade de Santos, Terminal Adonai, Ilha do Barnabé e na Rua Alexandre de Gusmão, 11 sala 612. A Companhia foi constituída em 29 de junho de 1998, com propósito específico para os fins e efeitos de Concorrência no 27/97 Proaps no 24, celebrado pela Santos Port Authority (SPA), mediante contrato de arrendamento regendo a exploração de instalação portuária, com utilização de área sob a administração da Codesp, localizada na Ilha do Barnabé, na margem esquerda do Porto Organizado de Santos, constituída pela bacia do antigo tanque KE-4 (demolido), pelos tanques KE-1, KE-2, KE-3, KE-5, KE-6, BE-2, respectivas bacias de contenção e áreas adjacentes, envolvendo investimentos da arrendatária necessários à reforma, construção e operação na área de instalações portuária, para movimentação de granéis líquidos inflamáveis ou não. A Companhia detém o arrendamento para exploração de instalação portuária, quais sejam docas, cais, pontes e píers de atracação e acostagem, terrenos, edificações e vias de circulação interna, assim como infraestrutura de acesso aquaviário ao Porto, margem do rio e adjacências, canais de evolução e áreas de fundeio mantidas pela SPA. O prazo de arrendamento era de 20 (vinte) anos, renovável uma única vez, por igual período de tempo, conferindo o direito de operar o terminal contado a partir da data de assinatura do contrato de arrendamento. Em 21 de maio de 2007, a Companhia assinou o quinto instrumento de retificação, ratificação e aditamento do Contrato de Arrendamento no PRES/003.98, celebrado em 05 de fevereiro de 1998, nos termos do deliberado em reunião ordinária do SPA no 1234 realizada em 24 de maio de 2006. Em julho de 2018, foi iniciada a construção da Bacia VII para ampliação do Terminal da Adonai em 16.900,00 m3 – distribuídos em 08 tanques. A atual ampliação comtempla, também, a construção de 2 dutos portuários, em Aço Inoxidável AISI-316L, com diâmetro de 8” (oito polegadas), ligando a Casa de Bombas da Bacia VII do Terminal ao Cais de Granéis Líquidos da Ilha Barnabé – Cais Bocaina e Cais São Paulo. Em 07 de dezembro de 2018, a Companhia assinou o sexto termo aditivo ao Contrato de Arrendamento no PRES/003.98, celebrado em 05 de fevereiro de 1998, passando a nova vigência do contrato de arrendamento até 10 de junho de 2043. Em 08 de novembro de 2019, foi obtido o alfandegamento da Bacia VII, conforme Ato Declaratório Executivo no 59, expedido pelo superintende regional da Receita Federal do Brasil na 8o região fiscal, publicado no DOU em 22 de novembro de 2019. A Companhia considerando ainda o seu plano de investimentos aprovados, e necessários à ampliação da capacidade estática de armazenagem e modernização das estruturas físicas do Terminal iniciou em fevereiro de 2021 a construção da Bacia VIII considerando a instalação de 5 novos tanques. A atual ampliação prevê, também, a construção de 2 Dutos Portuários, em Aço Inoxidável AISI-316L, com diâmetro de 8” (oito polegadas), ligando a Casa de Bombas da Bacia VIII do Terminal ao Cais de Granéis Líquidos da Ilha Barnabé – Cais Bocaina e Cais São Paulo. Em 13 de agosto de 2021, a companhia assinou o sétimo termo aditivo ao Contrato de Arrendamento no PRES/003.98, celebrado em 05 de fevereiro de 1998, alterando o índice de correção contratual de IGPM para IPCA. Em novembro de 2022 foi concluída a construção da Bacia VIII a qual amplia a capacidade estática de armazenagem do terminal em mais 16.218,014 m3, distribuídos nos 5 novos tanques, incluindo também nesta data a conclusão das demais instalações de infraestrutura previstas para o funcionamento desta nova instalação. Em 14 de dezembro 2022, foi obtido o alfandegamento da Bacia VIII, conforme Ato Declaratório Executivo nº SRRF08 60, expedido pelo superintende regional da Receita Federal do Brasil na 8º região fiscal, publicado no DOU em 14 de Dezembro de 2022. Atualmente a Companhia conta com uma capacidade operacional instalada de 109.115,51m³, distribuídos em 77 (setenta e sete) tanques para armazenagem, estocagem e movimentação de uma variedade de produtos líquidos inflamáveis, derivados de petróleo de classes I a III, e químicos classificados como A-1, incluindo derivados de petróleo, combustíveis, mistura óleo diesel, biodiesel, álcool, produtos químicos e semelhantes como etanol, soda cáustica, óleos vegetais e minerais, entre outros. **1.1. Os Impactos relacionados à pandemia Covid-19:** Os anos de 2021 e 2022 se notabilizaram pela pandemia do novo coronavírus (Covid-19), que provocou crises sanitária e econômico-financeira de alcance mundial, cujos efeitos ainda hoje são sentidos globalmente, inclusive no Brasil. Esses impactos impuseram à Adonai Química desafios de toda ordem – operacionais, administrativos e financeiros -, que a Companhia soube navegar a fim de manter a continuidade de seus negócios e a sua sólida saúde financeira, sem perder o foco na preservação da integridade física e mental de seus funcionários e terceirizados. Ao longo do exercício, a Companhia manteve seus negócios em plena operação, sem sofrer interrupções, paralisações ou suspensões de qualquer natureza, ao mesmo tempo, adotou medidas de preservação do caixa, negociação com fornecedores e prestadores de serviço, fazendo a contenção de custos e despesas, bem como administrativas de simplificação e eficiência da estrutura organizacional. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis – 2.1. Declaração de conformidade e aprovação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Sociedade em 28 de março de 2023, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data que tiveram efeito sobre as divulgações das referidas demonstrações. **2.2. Base de apresentação:** As demonstrações contábeis são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da perda estimada na liquidação de créditos duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente. **2.3. Moeda funcional:** As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.4. Conversão de moeda estrangeira:** Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (o Real) utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e nos encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas contábeis no resultado. **3. Sumário das principais práticas contábeis – a) Reconhecimento da receita, custos e despesas:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. As receitas são apresentadas nos resultados dos exercícios pelo seu valor líquido, ou seja, excluem os impostos incidentes sobre elas e são reconhecidas com base nos serviços prestados, na sua efetiva prestação. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência sendo os custos compostos por custos portuários, custos de arrendamento, pessoal, encargos sociais, serviços de terceiros, manutenções, amortizações de ativos, entre outros insumos relacionados às operações portuárias, estão demonstradas separadamente das despesas operacionais, e são registradas no exercício em que incorrerem. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa e saldos positivos em contas correntes mantidas junto às instituições financeiras. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. As aplicações realizadas em investimentos com vencimento superior a três meses são classificadas como títulos e valores mobiliários, uma vez que possuem uma liquidez diferenciada. **c) Contas a receber de clientes:** As duplicatas a receber de clientes são inicialmente, reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa. A Companhia adotou a mensuração da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa com base em toda a vida dos instrumentos, utilizando a abordagem simplificada, considerando o histórico de movimentações e perdas históricas. Como regra geral, os títulos vencidos a mais de 120 dias representam um relevante indicativo de perda esperada, e são avaliados individualmente. **d) Imobilizado:** O imobilizado é registrado pelo custo histórico de aquisição e/ou formação. As depreciações são computadas pelo método linear e reconhecidas no resultado do exercício de acordo com as taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 7 e leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens e o período de concessão diante a Santos Port Authority – SPA (antiga CODESP). Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Os gastos incorridos com manutenção e reparo somente serão capitalizados se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens foram prováveis e os valores forem mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico-futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. Somente os bens não reversíveis ao concessionário, sem interferência do poder concedente podem ser classificados como Ativo Imobilizado e contabilizado de acordo com CPC 27 – Ativo Imobilizado. Os bens reversíveis adquiridos pela Companhia e vinculados à concessão são classificados como Infraestrutura da Concessão como Ativo Intangível. Os bens recebidos do poder concedente não devem ser contabilizados e classificados no imobilizado, pois são reversíveis ao final da concessão e não podem ser livremente negociados ou retidos pela Companhia. O poder concedente determina, porém, no Contrato de Concessão, que a Companhia deverá manter controle de inventário atualizado destes bens. **e) Intangível:** A Companhia atua como prestadora de serviços, construindo ou melhorando a infraestrutura usada, bem como operar e manter essa infraestrutura durante determinado prazo. As construções efetuadas durante o prazo de concessão serão entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço prestado, e a receita será subsequentemente gerada pelos serviços prestados. A amortização do ativo intangível representado pelo reconhecimento do direito de exploração da infraestrutura e os dispêndios realizados para ampliar esta estrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo de concessão. Considerando as características do contrato de concessão, a Companhia considera que não há consonância entre as premissas estabelecida no ICPC 01/IFRIC 12 (Contratos de concessão) e os contratos firmados com o poder concedente, portanto, a base para o registro do direito de concessão e da infraestrutura está em conformidade com o CPC 04 – Ativo Intangível. **f) Direito de concessão (outorga) e Infraestrutura:** A concessão obtida pela Companhia junto ao poder concedente se enquadra como um contrato de exploração. Dessa forma, o direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente, usando uma taxa de juros estimada por juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno da concessão. A infraestrutura não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere à concessionária o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços, sendo eles revertidos ao poder concedente no encerramento do respectivo contrato, sem direito a indenização. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. **g) Impairment de ativos não financeiros:** De acordo com as disposições do CPC 01 – Redução ao Valor recuperável de ativos, ativo imobilizado e ativo intangível são submetidos a testes de perda no valor recuperável sempre que eventos ou alterações em circunstâncias indicarem que seu valor contábil poderá não ser recuperado. Os ativos que têm vida útil definida são revisados para verificação de indicadores de impairment em cada data de balanço e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Caso exista indicador, os ativos são testados para impairment. Uma perda por impairment é reconhecida pelo montante em que o custo contábil do ativo excede seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2022 não foram identificados indicadores de impairment sobre esses ativos. **h) Compromissos com o poder concedente:** O poder concedente, estabelece no contrato de concessão que a Companhia pague uma contribuição fixa durante todo o período de concessão. A contribuição fixa está registrada sob a denominação “Compromissos com o poder concedente” no passivo circulante e não circulante, considerando os prazos de liquidação inferiores e superiores ao prazo de 1 ano, descontados a valor presente, amortizados pelas liquidações financeiras. **i) Outorga: i.1) Outorga – Contribuição fixa:** A contribuição fixa estabelecida no contrato de concessão é no valor de R$ 124 mil mensais, corrigidas pelo IPCA anualmente. Esta obrigação foi registrada a valor presente a taxa de 10,00% aa. A contrapartida da atualização desta obrigação pela recomposição do valor presente e correção monetária, está relacionada diretamente ao direito de concessão, é registrada no resultado do exercício como despesa financeira. **i.2) Outorga – Contribuição variável:** A contribuição variável é calculada pela movimentação mensal por tonelada sobre a tarifa portuária vigente e pelo período de atracação dos navios no berço. **j) Tributação: Impostos sobre as vendas:** As receitas de vendas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições pelas seguintes alíquotas básicas: ▪ **Imposto Sobre Serviços (ISS) –** alíquota de 5%; ▪ **Programa de Integração Social (PIS) –** alíquota 1,65%; ▪ **Contribuição para Financiamento de Seguridade Social (COFINS) –** alíquota de 7,6%. **Impostos sobre o lucro:** Para os exercícios de 2022 e de 2021 o regime de tributação adotado pela Companhia foi o lucro Real mensal, aplicando-se as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. **k) Ativos contingentes e provisão para demandas judiciais:** A Sociedade reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas, cuja probabilidade de perda foi avaliada como provável pelos seus assessores legais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta, alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos são as seguintes: ▪ **Ativos contingentes**: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; ▪ **Passivos:** são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis de desembolso de caixa futuro e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos avaliados como sendo de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, e os passivos avaliados como de perdas remotas não são provisionados e, tampouco, divulgados. **l) Fornecedores:** Correspondem aos valores devidos aos fornecedores no curso normal do negócio da Companhia. Se o prazo de pagamento é equivalente a um ano ou menos, os fornecedores são classificados no passivo circulante. Caso contrário, o montante correspondente é classificado no passivo não circulante. Quando aplicável, são acrescidos encargos, variações monetárias ou cambiais. **m) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **n) Instrumentos Financeiros Reconhecimento inicial e mensuração:** A Companhia classifica ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: ao valor justo por meio do resultado (“FVTPL”), ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”) e ao custo amortizado. **Ativos e passivos financeiros – reconhecimento e desreconhecimento:** A Companhia reconhece os ativos e passivos financeiros quando, e somente quando, se tornar parte das disposições contratuais dos instrumentos. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Ativos financeiros – mensuração:** Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: ▪ O ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; ▪ Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes somente se satisfizer ambas as condições a seguir: ▪ O ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; ▪ Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. Além disso, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo ou passivo financeiro como mensurado ao valor justo por meio do resultado com o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo ou passivo. **Passivos financeiros – mensuração:** Os instrumentos financeiros classificados no passivo, após seu reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são mensurados com base no custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. **Redução ao valor recuperável de instrumentos financeiros:** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: ▪ Inadimplência ou atrasos do devedor; ▪ Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; ▪ Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial; ▪ Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; ▪ O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ▪ Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada, que inclui as perdas de crédito esperadas. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. Uma perda por redução do valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com o seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. **o) Novas normas, alterações e interpretações de normas:** A Companhia não promoveu mudanças nas políticas contábeis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022:** As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade. ▪ **Contratos onerosos – Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37/CPC 25):** Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato. ▪ **Alteração na norma IAS 16/CPC 27 Imobilizado:** Classificação de eventuais ganhos gerados antes do imobilizado estar em conformidade com as condições planejadas de uso. Esclarece que os itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições planejadas de uso, se vendidos, devem ter seus custos e receitas reconhecidos no resultado do exercício, não podendo compor/reduzir o custo de formação do imobilizado. ▪ **Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020:** Foram feitas alterações nas normas: (i) IFRS 1/CPC 37, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; (ii) IFRS 9/ CPC 48, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; (iii) IFRS 16/CPC 06 R2, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil; e (iv) IAS 41/CPC 29, abordando aspectos de mensuração a valor justo; ▪ **Alteração na norma IFRS 3/CPC 15:** Inclui correções nas referências com relação a Estrutura Conceitual das IFRS. **Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2022:** Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Sociedade, a saber: **a)** Alteração na norma IAS 8/CPC 23 – altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como “valores monetários nas demonstrações contábeis sujeitos à incerteza na mensuração”, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; **b)** Alteração na norma IAS 12/CPC 32 – traz exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial do imposto diferido relacionado a ativo e passivo resultante de uma única transação, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; **c)** Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 – inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; **d)** Alteração na norma IFRS 16/ CPC 06 – trata da responsabilidade em um retro arrendamento, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; **e)** Alteração na norma IAS 1/CPC 26: **i. Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante – esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024:** Em janeiro de 2020, o IASB emitiu emendas ao IAS 1, que esclarecem os critérios utilizados para determinar se o passivo é classificado como circulante ou não circulante. Essas alterações esclarecem que a classificação atual se baseia em se uma entidade tem o direito ao final do período de relatório de adiar a liquidação da responsabilidade por pelo menos doze meses após o período de relatório. As alterações também esclarecem que o “acordo” inclui a transferência de dinheiro, bens, serviços ou instrumentos de patrimônio, a menos que a obrigação de transferir dinheiro, bens, serviços ou instrumentos patrimoniais decorra de um recurso de conversão classificado como instrumento de capital próprio separadamente do componente de responsabilidade de um instrumento financeiro composto. As alterações eram originalmente efetivas para relatórios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023. No entanto, em função dos impactos das Covid-19, a data de vigência foi adiada para períodos anuais de relatórios a partir de 1º de janeiro de 2024. **ii. Alteração na divulgação de políticas contábeis, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023.** Em fevereiro de 2021, o IASB divulgou alterações à IAS 1, que alteram os requisitos de divulgação no que diz respeito às políticas contábeis substituindo o termo “políticas contábeis significativas” por “informações materiais sobre políticas contábeis”. As alterações fornecem orientações sobre quando é provável que as informações sobre a política contábil devem ser consideradas relevantes. As alterações à IAS 1 são efetivas para os períodos de relatório anual iniciados em ou após 1 de janeiro de 2023, com aplicação anterior permitida. Atualmente a Sociedade está avaliando os impactos dessas novas normas e alterações contábeis. A Sociedade avaliará o impacto das alterações finais à IAS 1 na classificação de seus passivos uma vez que as mesmas são emitidas pelo IASB. A Sociedade não acredita que as alterações à IAS 1, na sua forma atual, terão um impacto significativo na classificação de seus passivos, uma vez que o recurso de conversão em seus instrumentos de dívida conversível é classificado como um instrumento patrimonial e, portanto, não afeta a classificação de sua dívida conversível como passivo não circulante. **3.1. Nota de Reapresentação:** A Administração efetuou a remensuração do compromisso com o poder concedente para refletir os juros sobre este passivo definidos em contrato em contrapartida ao custo do direto de uso registrado no ativo. De acordo com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro as informações comparativas estão sendo reapre-

continua …

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 18/04/2023

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

… continuação

Adonai Química S.A.

sentadas para manter a comparabilidade entre os exercícios apresentados e a uniformidade das práticas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis. Os efeitos desta remensuração foram registrados nas contas patrimoniais de ativo e passivo e não havendo reflexos no patrimônio líquido e resultado do exercício.

Ativo	**2021**	**Ajuste**	**2021** Reapresentado
Circulante	29.504	–	29.504
	29.504	**–**	**29.504**
Não circulante			
Outros ativos não circulantes	31.090	–	31.090
Intangível	186.418	4.494	190.912
	217.508	**4.494**	**222.002**
Total ajuste no Ativo	**247.012**	**4.494**	**251.506**
Passivo	**2021**	**Ajuste**	**2021** Reapresentado
Circulante			
Compromisso com poder concedente	1.071	592	1.663
Outros passivos circulantes	28.238	–	28.238
Não circulante	**29.309**	**592**	**29.901**
Compromisso com poder concedente	7.299	3.902	11.201
Outros passivos não circulantes	40.632	–	40.632
	47.931	**3.902**	**51.833**
Patrimônio Liquido	169.772	–	169.772
	169.772	**–**	**169.772**
Total ajuste no Passivo	**247.012**	**4.494**	**251.506**

4. Caixa e Equivalentes de Caixa	**2022**	**2021**
Caixa	3	5
Bancos	21	1.351
Aplicações financeiras	2.070	19.549
	2.094	**20.905**

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicação financeira de curto prazo, de alta liquidez, que é prontamente conversível em um montante conhecido de caixa e que está sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. O saldo de aplicações financeiras está representado substancialmente por certificados de depósitos bancários, que rendem em média 101 a 102% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Os certificados de depósitos bancários embora tenham vencimentos de longo prazo, podem ser resgatados a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração.

5. Clientes	**2022**	**2021**
Clientes	6.594	5.114
(-) Perda estimada p/ crédito de liquidação duvidosa (1)	–	–
	6.594	**5.114**

5.1. Não houve perda com crédito de liquidação duvidosa, pois os saldos a receber a mais de 120 dias são correspondentes ao Petrobrás, cujo valores em aberto, correspondem a retenções previstas no contrato, cuja devolução ocorre em até 1 ano.

	2022	**2021**
Saldos iniciais	**–**	**(28)**
Perdas estimadas		
Baixa por recebimento	**–**	**2**8
Saldos finais	**–**	**–**

A abertura por vencimento do saldo a receber encontra-se demonstrado a seguir:

	2022	**2021**
A vencer	3.741	4.851
Vencidos de 1 a 120 dias	71	107
Vencidos a mais de 120 dias	2.782	156
	6.594	5.114

6. Partes relacionadas – São reportadas transações entre as empresas do Grupo de acordo com características acordadas entre as partes, as quais podem diferir das condições usuais de mercado.

Mutuos ativos	**Prazo**	**2022**	**2021**
Aba Infraestrutura e Logística [(2)]	Indeterminado	6.708	15.938
Alplana Adm e Incorp Ltda. [(1)]	8 anos	–	4.015
Adonai East [(2)]	Indeterminado	8.130	2.810
Argemil Arm. Gerais [(2)]	Indeterminado	–	722
Fca Com. Ext. e Logística Ltda. [(2)]	Indeterminado	4.757	4.757
Formitex Epreend. E Partic. Lt. [(1)]	2 anos	4.460	–
		24.055	**28.242**

[(1)] As operações com partes relacionadas, celebradas por contrato de mútuo com pessoas ligadas, com amortizações periódicas, são corrigidas mensalmente à taxa de 90% do CDI; [(2)] As operações comuns de saldos entre partes relacionadas, em contas correntes de empresas coligadas e entre controladoras e suas controladas, sem vencimento predeterminado, não há incidência de encargos financeiros e cobrança de juros. **Remuneração da Administração** Em 2022 e 2021, a remuneração da Diretoria e dos Administradores da Companhia é substancialmente composta por pró-labore:

	2022	**2021**
Remuneração da Administração	471	463
	471	463

7. Imobilizado	**Período de Depreciação**	**2022**	**2021**
Computadores e periféricos	5 anos	2.964	1.740
Móveis e utensílios	10 anos	750	525
Veículos	5 anos	500	500
Imobilizado em andamento	5 anos	–	64
Instalações	10 anos	12	–
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5 anos	296	–
Subtotal custo do ativo imobilizado		4.522	2.829
Depreciação acumulada		– (2.057)	(1.670)
Ativo imobilizado líquido		2.465	1.159

A Companhia efetuou a revisão da amortização pelo prazo de concessão e a revisão da vida útil de seus principais ativos e concluiu que não existem diferenças relevantes na taxa de amortização/depreciação utilizadas atualmente. Houve transferências e/ou reclassificações do imobilizado x intangível em 95 mil. **7.1. Movimentação do custo do ativo imobilizado:**

Custo – 2022	**2021**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**2022**
Computadores e periféricos	1.740	1.233	–	(9)	2.964
Projeto Totvs	64	–	–	(64)	–
Móveis e Utensílios	525	213	(2)	14	750
Veículos	500	–	–	–	500
Instalações	–	12	–	–	12
Imobilizado em andamento	–	88	–	(88)	–
Benfeitoria em imóveis de 3º	–	5	–	291	296
Projetos em andamento	–	49	–	(49)	–
	2.829	**1.600**	**(2)**	**95**	**4.522**
Custo – 2021	**2020**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**2021**
Computadores e periféricos	1.246	561	(68)	–	1.740
Imobilizado em andamento	–	64	–	–	64
Móveis e Utensílios	498	94	(66)	–	525
Veículos	500	–	–	–	500
	2.244	**719**	**(134)**	**–**	**2.829**

7.2. Movimentação da depreciação do ativo imobilizado

Depreciação – 2022	**2021**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**2022**
Computadores e periféricos	(949)	(292)	–	–	(1.241)
Móveis e Utensílios	(260)	(53)	1	–	(312)
Veículos	(461)	(38)	–	–	(499)
Amortização Imóveis de 3º	–	(5)	–	–	(5)
	(1.670)	**(387)**	**1**	**–**	**(2.057)**
Depreciação – 2021	**2020**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**2021**
Computadores e periféricos	(815)	(190)	56	–	(949)
Móveis e Utensílios	(221)	(89)	50	–	(260)
Veículos	(370)	(91)	–	–	(461)
	(1.406)	**(370)**	**106**	**–**	**(1.670)**

8. Intangível	**Período de amortização**	**2022**	**2021** (Reapresentado)
Licença de Uso/ Software	5 anos	828	818
Direitos de Exploração	24,5 anos	16.152	15.437
Bens de Concessão	24,5 anos	299.073	286.878
Projetos de TI em andamento	–	685	341
Bens de Concessão em Andamento	–	86.285	7.714
Subtotal custo do ativo intangível		403.023	311.188
Amortização acumulada		– (129.251)	(120.275)
Ativo intangível líquido		273.772	190.912

8.1. Movimentação do custo do Intangível

Custo – 2022	**2021**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**2022**
Licença de uso/software	817	11	–	–	828
Direitos de Exploração	15.437	7.494	(6.779)	–	16.152
Bens de Concessão	286.878	17.400	–	(5.205)	299.073
Projetos de TI em and.	342	333	–	10	685
Bens de Concessão em andamento	7.714	73.471	–	5.100	86.285
	311.188	**99.676**	**(6.779)**	**(95)**	**403.023**
Custo – 2021 (Reapresentado)	**2020**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**2021**
Licença de uso/software	617	203	–	(3)	818
Direitos de Exploração	13.154	2.282	–	–	15.437
Bens de Concessão	278.513	8.531	–	(166)	286.878
Projetos de TI em and.	–	342	–	–	341
Bens de Concessão em andamento	586	8.825	–	(1.697)	7.714
	289.424	**18.460**	**–**	**(1.866)**	**311.188**

8.2. Movimentação da amortização do Intangível

Amortização – 2022	**2021**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**2022**
Licença de uso/software	(562)	(77)	–	–	(639)
Bens de Concessão	(119.713)	(8.899)	–	–	(128.612)
	(120.275)	**(9.651)**	**–**	**–**	**(129.251)**
Amortização – 2021	**2020**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**2021**
Licença de uso/software	(489)	(73)	–	–	(562)
Bens de Concessão	(110.383)	(9.333)	–	–	(119.713)
	(110.872)	**(9.403)**	**–**	**–**	**(120.275)**

9. Empréstimos e financiamentos	**Prazo inicial**	**2022**	**2021**
Finame (1)	60 meses	–	37
Subtotal – veículos e máquinas		–	37
BNDES – Finame Fluxo (2)	60 meses	100	192
BNDES – Finame GIMI (3)	60 meses	111	207
BNDES – Finame KBS (4)	60 meses	107	225
Finame Safra (5)	60 meses	1.139	1.412
Financiamento OP 4131 (6)	24 meses	816	1.215
Financiamento ROF 4131 – 1030 (7)	16 meses	30.962	41.825
Financiamento BTG 68/22 (8)	60 meses	41.645	–
Subtotal – construção e desenvolvimento		74.880	45.076
Total		**74.880**	**45.112**
Circulante		23.307	12.596
Não circulante		51.573	32.516

(1) Financiamento através de Finame BNDES para aquisição de um Tanque Auto Vácuo e um Caminhão, com taxa de juros total de 13,10% a.a., 60 meses para pagamento; **(2)** Financiamento por meio de Finame BNDES para aquisição de sistema de carregamento de combustíveis – SKID 500 – foi financiado com taxa de juros de 3,42% a.a., 60 meses de prazo de pagamento sendo 6 meses de carência; **(3)** Financiamento por meio de Finame BNDES para aquisição de Centros de Controle de Motores e quadros de distribuição de baixa tensão com taxa de juros de 3,42% a.a.,60 meses de prazo de pagamento sendo 6 meses de carência; **(4)** Financiamento por meio de Finame BNDES para aquisição de Bombas KSB com taxa de juros de 3,42% a.a., 60 meses de prazo de pagamento sendo 6 meses de carência; **(5)** Financiamento por meio de Cédula de Crédito Bancário (CCB) BNDES para aquisição de sistema de carregamento de combustíveis, com taxa de juros SELIC – juros de 4,99% a.a., acima da taxa média SELIC acumulada, apurada pelo BACEN, 60 meses de prazo para pagamento e um ano de carência para principal; **(6)** Financiamento por meio do banco Santander Operação 4131 que permite a captação de recursos em moedas estrangeiras para empresas brasileiras no valor de R$ 1.800, com taxa de juros total de CDI + 2,78326% a.a. **(7)** Financiamento por meio do banco Santander Operação 4131/1030 no valor de R$ 44 milhões a ser pago em 16 prestações com vencimentos trimestrais, iniciando a primeira em 12/11/2021 e a última em 23/07/2025 com taxa flutuante juros equivalente à taxa CDI + 2,25408% ao ano. **(8)** Financiamento por meio do banco BTG Pactual S/A.,no valor de R$ 40 milhoes a ser pago em 9 parcelas com vencimentos semestrais, iniciando a primeira em 28/03/2023 e a última em 29/03/2027 com taxa flutuante juros equivalente à CDI, para investimentos na Bacia 8.

Garantias

Item	**Instituição financeira**	**Garantias**
(1)	BNDES	Alienação fiduciária
(2)	BNDES	Alienação fiduciária
(3)	BNDES	Alienação fiduciária
(4)	BNDES	Alienação fiduciária
(5)	BNDES	Alienação fiduciária
(6)	Santander	Alienação fiduciária/avalistas
(7)	Santander	Standby Letter of Credit
(8)	BTG	Avalistas

Cronograma de pagamentos do passivo não circulante	**2022**	**2021**
2023	–	12.048
2024	21.374	11.777
2025	16.778	8.603
2026	8.977	88
2027	4.444	–
Subtotal – passivo não circulante	**51.573**	**32.516**
	51.573	**32.516**

10. Fornecedores	**2022**	**2021**
Fornecedores nacionais	21.942	4.500
	21.942	**4.500**

Fornecedores nacionais representados substancialmente por valores a vencer em até 1 ano.

11. Obrigações tributárias e trabalhistas	**2022**	**2021**
Provisão para férias e encargos	1.436	1.204
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	538	370
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	113	83
Outros	2	–
Total obrigações trabalhistas – circulante	**2.089**	**1.657**
Impostos Sobre Serviço (ISS)	547	389
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	327	202
Programa de Integração Social (PIS)	72	44
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	191	117
PIS/COFINS/CSLL Retido	71	53
Provisão CSLL	–	8
Parcelamentos Federais	1.633	1.404
Parcelamento Municipal	743	533
ICMS a Recolher	–	193
Total obrigações tributarias – circulante	**3.584**	**2.943**
Parcelamentos Federais	2.818	3.827
Parcelamento Municipal	1.368	1.515
Total Obrigações Tributárias – Não Circulante	**4.186**	**5.342**
Total circulante	**5.673**	**4.600**
Total não circulante	**4.186**	**5.342**
Total obrigações trabalhistas e tributárias	9.859	9.942

12. Contas a pagar	**2022**	**2021**
Aluguéis a pagar	9	55
Seguros a pagar	871	1.178
Outras contas diversas (1)	4.258	230
Total circulante	**5.138**	**1.463**
Total não circulante	**708**	**762**
Total	**5.846**	**2.225**

(1) O saldo de "outras contas diversas" é representado substancialmente por valores adiantados por clientes e representa R$ 3.984.733,73 do respectivo saldo. **13. Compromisso com o Poder Concedente.**

	2022	**2021 Reapresentado**
SPA (Antiga Codesp) – contribuição	127	161
Contribuição – Outorga	30.560	30.262
(-) Ajuste à valor presente	(17.189)	(17.559)
	13.498	**12.864**
Circulante	1.618	1.663
Não circulante	11.880	11.394

14. Provisão para demandas judiciais – Durante o curso normal de seus negócios, a Companhia fica exposta a provisões e riscos, que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis em discussão.

	2022	**2021**
Trabalhistas	1.205	503
Administrativo	108	144
PIS Exigibilidade Suspensa	322	243
COFINS Exigibilidade Suspensa	1.481	1.122
Cíveis	–	–
	3.116	**2.012**
Depósitos judiciais – Trabalhistas	(2.117)	(1.376)
	999	**636**

Adicionalmente, existem processos pulverizados, no montante total de R$ 1.736 de natureza administrativa (3.211 de natureza cível e administrativa em 2021),cuja probabilidade de perda foi considerada possível pelos advogados da Companhia e para os quais não foi constituída provisão. Os processos administrativos de maior relevância, classificados como "possível" são referentes a notificações da CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo. **14.1. Movimentação da provisão para demandas judiciais**

	Trabalhistas	**Administrativo**	**Subtotal Ações**	**Tributos Exigibilidade Suspensa**	**Depósitos judiciais**	**Valor total**
Saldos em 2021	502	144	646	1.366	(1.376)	636
Adições/Reversões	702	(36)	666	438	(741)	363
Saldos em 2022	1.204	108	1.312	1.804	(2.117)	999

15. Patrimônio líquido – 15.1. Capital social: O capital social subscrito é de R$ 150.000.000,00 totalmente integralizados e estão representadas por 1.500.000 de ações ordinárias nominativas todas sem valor nominal. Em 2022 a acionista Aba Infra- Estrutura e Logística S/A integralizou o capital no valor de R$ 1,4 milhões.

Acionistas	**Qtde Ações**	**Capital Social**	**%**
Carlos Cesar Floriano	394.440	39.444.000,00	26,30
Kadosh Participações Ltda	213.600	21.360.000,00	14,24
Aba Infra-Estrutura e Logística S/A	711.120	71.112.000,00	47,41
Alípio José Gusmão dos Santos	180.840	18.084.000,00	12,06
Total	1.500.000	150.000.000,00	100

15.2. Dividendos e reservas: Após realizado todas as amortizações e provisões legais o lucro líquido será destinado como segue: **a)** 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição da reserva legal nos termos e até os limites estabelecidos no artigo 193, da Lei Federal n**o** 6.404 de 1976; **b)** 5% (cinco por cento) serão para a formação de reserva especial para atender encargos trabalhistas e previdenciários eventuais; **c)** 25% (cinco por cento) serão para pagamento de dividendos das ações preferenciais existentes; **d)** 5% (cinco por cento) serão para a formação de reserva especial para restituição de capital aos acionistas nos casos de extinção do arrendamento contratado com a SPA em decorrência e com fundamento da Concorrência n**o** 27/97, até atingir 10% (dez por cento) do capital social subscrito.

Destinações	**%**	**Valor (R$)**
Reservas Estatutárias		
Reserva Legal	**5,00%**	(456)
Sub Saldo		**8.655**
Dividendos obrigatórios	**25,00%**	(2.164)
Sub Saldo		**6.491**
Reserva especial (para atender Encargos Trabalhistas Previdenciários)	**5,00%**	(325)
Reserva Especial (para Restituição do Capital até limite de 10%)	**5,00%**	(325)
Saldo		**5.841**
Reserva de Retenção de lucros		5.841
Lucro do Exercício		**9.111**

15.3. Dividendos: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício:

	2022	**2021**
Lucro líquido do exercício	9.111	14.682
(-) Reserva Legal	(456)	(734)
(-) Prejuízos Acumulados	(-)	(-)
Base de cálculo dos dividendos	**8.655**	**13.948**
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	2.164	3.487
Total de dividendos propostos	**6.491**	**10.461**
Liquidados no respectivo exercício	–	–
Total de dividendos a pagar	**6.491**	**3.487**

15.3.1 Dividendos à Pagar

Saldo em 31.12.2021	**5.079**
(-) Dividendos de 2021 pagos em 2022	(1.636)
(+) Constituição dividendos a pagar 2022	2.164
(=) Saldo a Pagar em 31.12.2022	**5.607**

16. Receitas operacionais liquidas	**2022**	**2021**
Armazenagem	97.894	74.475
Serviços portuários	2.330	1.562
Inertização	880	791
Serviços diversos	2.423	1.952
Total receita operacional bruta	**103.527**	**78.780**
ISS	(5.176)	(3.939)
PIS e COFINS	(8.740)	(6.191)
Descontos e abatimentos	–	(13)
Total impostos sobre a receita	**(13.916)**	**(10.143)**
Total da receita operacional líquida	**89.611**	**68.637**

17. Custos da prestação de serviços	**2022**	**2021**
Depreciação e amortização líquidas	(9.478)	(8.638)
Pessoal e respectivos encargos	(13.460)	(14.034)
Insumos utilizados na operação	(5.075)	(3.577)
Serviços contratados de terceiros	(8.019)	(7.537)
Movimentação mínima – MMC	(1.531)	(1.354)
Custos portuários – SPA ([1])	(1.565)	(1.956)
Gastos gerais	(306)	(385)
Seguros	(1.626)	(1.684)
Manutenção e reparos	–	(144)
Créditos de PIS e COFINS sobre ativo imobilizado	884	849
Total	**(40.176)**	**(38.460)**

(1) Em 2022 informamos o custo com arrendamento em conta específica, em 2021 esse custo estava informado na rubrica "Custos Portuários – SPA".

18. Despesas administrativas, comerciais e gerais	**2022**	**2021**
Serviços consultoria e assessoria	(10.831)	(8.404)
Pessoal, e respectivos encargos	(7.657)	(3.126)
Tributos e contribuições	(979)	(736)
Gastos gerais	(1.186)	(426)
Ocupações e utilidades [(1)]	–	(1.067)
Depreciação e amortização	(374)	(306)
Provisão/reversão p/ demandas judiciais e administrativas	(667)	(182)
Reversão Perdas Est. na Liquidação de Créditos [(NE 5.1)]	–	28
Outras despesas	(1.305)	(1.445)
Total	**(22.999)**	**(15.664)**

(1) Os valores classificados na rubrica "Ocupações e Utilidades" em 2021, passaram em 2022 a serem classificados na rubrica "Gastos Gerais".

19. Outras Receitas/ (Despesas) Operacionais	**2022**	**2021**
Receita de Locação	142	114
Indenização de Armazenagem	–	–
Ganhos (Perdas) com imobilizado	(1)	(3)
Outras receitas (1)	2	7.783
Total	143	7.894

(1) Em 2021, a empresa habilitou crédito de FUNDAF no valor de R$ 1.048, crédito previdenciário no valor de R$ 155 e reverteu provisões de processos cíveis, trabalhistas, tributários e administrativos no montante de R$ 6.340.

20. Despesas e receitas financeiras	**2022**	**2021**
Rendimentos de aplicação financeira	1.683	1.013
Juros ativos sobre mútuo	445	170
Correção monetária ativa	9	401
Outras	192	155
Total receitas financeiras	**2.329**	**1.739**
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(10.165)	(3.079)
Juros passivos	(1.831)	(162)
AVP – direito de concessão	(898)	(799)
Outros	(1.117)	(158)
Total despesas financeiras	**(14.011)**	**(4.198)**
Variações cambiais líquidas		
Variação cambial ativa	**1**21	**2**43
Variação cambial passiva	(249)	(240)
	(128)	**3**
Receitas e despesas financeiras líquidas	**(11.810)**	**(2.456)**

21. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros Gerenciamento de riscos – A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais que se destinam a atender às suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de crédito e aplicações de recursos, riscos de mercado (câmbio e juros) e risco de liquidez, ao qual a Companhia entende que está exposta, de acordo com sua natureza dos negócios e estrutura operacional. A Administração desses riscos é efetuada por meio de definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administração da Companhia, atreladas ao estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limite de posições. Não são realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros com finalidade especulativa. Adicionalmente, a Companhia procede com a avaliação tempestiva da posição consolidada acompanhando os resultados financeiros obtidos, avaliando as projeções futuras, como forma de garantir o cumprimento do plano de negócios definido e monitoramento dos riscos aos quais está exposta. As descrições dos riscos da Companhia são descritas a seguir: **Riscos de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado são afetados por dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de variação cambial. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras, contas a receber de clientes e contas a pagar. **Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber). Os riscos de crédito nas atividades operacionais da Companhia são administrados por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, os quais são revisados periodicamente. O monitoramento das duplicatas vencidas é realizado prontamente para garantir seu recebimento. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em virtude dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo da Companhia é monitorado diariamente, a fim de garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo saldo do patrimônio líquido, incluindo o saldo de capital e todas as reservas constituídas. O índice de endividamento líquido da Companhia é composto da seguinte forma:

	2022	**2021**
Ativo circulante + não circulante	312.867	251.506
Passivo circulante + não circulante	(134.749)	(81.734)
Endividamento líquido	**178.118**	**169.772**

O CCL negativo apontado no final de 2022 é reflexo de sazonalidade atípica ocorrida no 4T-2022. A Companhia finalizou a obra da Bacia VIII, financiando os custos diretamente com os fornecedores. Os valores das parcelas vencíveis findarão até o término do 1º semestre de 2023 e no 1º trimeste de 2023 foram rececebidos partes dos saldo de parte relacionadas. **22. Imposto de Renda e Contribuição Social – a) Imposto de Renda e Contribuição Social – corrente Adoção pelo lucro real anual:** Para os exercícios de 2022 e de 2021 o regime de tributação da Companhia foi o lucro real anual aplicando-se as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente, calculados pelas alíquotas regulares de 15%, acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a Contribuição Social, com base em balanço ou balancete de suspensão ou redução e o regime tributário foi determinado pelo regime de competência do exercício.

	2022	**2021**
Resultado antes de IRPJ e CSLL	14.770	19.950
(+) Adições	2.722	2.630
(-) Exclusões	(666)	(6.927)
Resultado Antes das compensações	16.826	15.653
(-) Compensações fiscais 30%	(991)	(4.696)
Base de cálculo da CSLL	15.835	10.957
(=) Contribuição social 9%	**(1.425)**	**(986)**
Resultado antes do IRPJ	13.345	19.950
(+) Adições	4.148	2.630
(-) Exclusões	(666)	(6.927)
Base de cálculo do IRPJ	16.827	15.653
Compensações fiscais 30%	(991)	(4.696)
Base de cálculo do IRPJ	15.836	10.957
(=) IRPJ 15%	2.375	1.614
(+) Adicional do IRPJ 10%	1.560	1.072
(-) Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente	(14)	–
(=) Imposto de renda corrente	**(3.921)**	**(2.686)**
(=) Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente	**(5.346)**	**(3.672)**

b) Imposto de Renda e Contribuição Social – diferidos: Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía prejuízos fiscais e base negativa de CSLL no valor de R$ 992 e zero em 2022. Os prejuízos fiscais e a base de cálculo negativa de Contribuição Social a compensar não estavam sujeitos à prescrição e por isso foram compensados com resultados tributários. Em 31 de dezembro de 2022, por haver saldo zero de base negativa, não houve constituição de ativos diferidos de IRPJ e CSLL.

			Imposto Diferido	
			2022	**2021**
CSLL	992	9%	–	89
IRPJ	992	15%	–	149
Adicional de IRPJ	752	10%	–	75
TOTAL			**–**	**313**

O ativo fiscal diferido decorrente de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social é reconhecido dado que a Companhia apresente histórico de rentabilidade, acompanhado da expectativa fundamentada dessa rentabilidade por prazo que considera o limite máximo de compensação permitido pela legislação. **22. Seguros** – A Companhia mantém seguros com coberturas contratadas, consideradas suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades:

Tipo de risco	**Objeto**	**Montante de cobertura – MIL**
Responsabilidade Civil	Bens Móveis/Imóveis Operador Portuário e Lucros Cessantes	US$ 30.749
Seguro Garantia	Contrato CODESP	R$ 1.074
Seguro Garantia	Depósito Recursal	R$ 68

Consideramos que temos um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o nosso porte e operações, sendo a nossa cobertura de seguros consistentes com as outras empresas de dimensão semelhante operando no setor. As premissas de riscos adotadas e suas respectivas coberturas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. **23. Evento subsequente –** Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227. Tema 881 – Recursos Extraordinário nº 949.297: Limites da coisa julgada em matéria tributária, notadamente diante de julgamento, em controle concentrado pelo Supremo Tribunal Federal, que declara a constitucionalidade de tributo anteriormente considerado inconstitucional, na via do controle incidental, por decisão transitada em julgado. Tema 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227: Efeitos das decisões do Supremo Tribunal Federal em controle difuso de constitucionalidade sobre a coisa julgada formada nas relações tributárias de trato continuado. Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema, ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido. A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que desde a sua data de constituição, não foi citada em nenhum processo de polo ativo ou passivo. Adicionalmente, a empresa não se beneficiou tributariamente de nenhuma decisão anteriormente julgada em última estância no STF. Diante dos fatos supracitados, a decisão do STF não resulta, em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

Américo Relvas da Rocha – Diretor Presidente
Luis Gustavo Batista – Diretor Administrativo e Financeiro
Leandro Luiz Chiachio – Diretor Técnico Operacional
Jose Manuel dos Santos de Freitas – Contador Responsável Técnico – CRC 1SP 220.700/O-5

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Administradores da **Adonai Química S.A. –** São Paulo-SP **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Adonai Química S.A.** ("**Companhia"**), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Adonai Química S.A.** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfases – Transações com partes relacionadas:** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6 às demonstrações contábeis, a Companhia possui transações com partes relacionadas e é conduzida no contexto de um grupo de empresas. Consequentemente, a análise das demonstrações contábeis deve considerar esse fato. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: ▪ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; ▪ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias,

continua …

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 18/04/2023
ICP Brasil
Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação

Adonai Química S.A.

mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; ▪ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; ▪ Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; ▪ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2023.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013.846/O-1
André Silva Moura
Contador CRC 1 SP 300.564/O-7

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833
comercial@datamercantil.com.br

Estratégia Educacional Participações S.A.

CNPJ/MF nº 28.222.443/0001-46

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 *(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

		Controladora		Consolidado	
Ativo	NE	2022	2021	2022	2021
CirculanteCaixa e equivalentes de caixa	3	**123**	157	**16.634**	10.435
Títulos e valores mobiliários	4	**-**	-	**9.211**	8.917
Contas a receber	5	**-**	-	**101.056**	79.053
Estoques	6	**-**	-	**7.020**	6.690
Adiantamentos e despesas antecipadas		**-**	-	**944**	2.145
Impostos a recuperar		**1**	1	**2.230**	2.143
Outras contas a receber		**-**	-	**13**	104
Total do ativo circulante		**124**	158	**137.108**	109.487
Não circulante Depósitos judiciais	13	**-**	-	**10**	10
Outras contas a receber		**-**	-	**541**	105
Imobilizado	8	**-**	-	**15.694**	17.086
Intangível	9	**-**	-	**47.565**	44.620
Total do ativo não circulante		**-**	-	**63.810**	61.821
Total do ativo		**124**	158	**200.918**	171.308
Passivo					
Circulante		**-**	-	**4.729**	6.905
Fornecedores		**-**	-	**4.558**	5.777
Professores, autores e coaching	12			**4.459**	-
Empréstimos a pagar Impostos a recolher		**-**	-	**4.301**	5.007
Obrigações com pessoal		**-**	-	**14.080**	14.962
Outras contas a pagar Receitas diferidas		**-**	-	**1.179**	1.136
Total do passivo circulante	10	**-**	-	**135.567**	112.258
		-	-	**168.873**	146.046
Não circulante	7	**-**	-	**57.374**	59.799
Obrigações por cotas de fundo de investimentos	10	**-**	-	**10.143**	15.911
Receitas diferidas Empréstimos a pagar	12	**-**	-	**10.541**	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	13	**-**	-	**6.886**	3.548
Investimento em controlada com passivo a descoberto	7	**54.61**	54.154	**-**	-
Participações a pagar		**12**	12	**12**	12
Outras contas a pagar	14	**-**	-	**1.590**	-
Total do passivo não circulante		**54.626**	54.166	**86.546**	79.270
Patrimônio líquido negativo Capital social	15	**6.204**	3.517	**6.204**	3.517
Instrumentos patrimoniais outorgados	15	**1.491**	843	**1.491**	843
Reserva legal	15	**40**	40	**40**	40
Prejuízos acumulados		**(62.236)**	(58.407)	**(62.236)**	(58.407)
Total do patrimônio líquido negativo		**(54.501)**	(54.008)	**(54.501)**	(54.008)
Total do passivo e de patrimônio líquido negativo		**124**	158	**200.918**	171.308

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

		Controladora		Consolidado	
	NE	2022	2021	2022	2021
Receita operacional líquida	16	**-**	-	**233.674**	164.712
Custos na venda de produtos e serviços	17	**-**	-	**(72.201)**	(63.198)
Lucro bruto		**-**	-	**161.473**	101.514
Despesas comerciais	17	**-**	-	**(11.590)**	(14.410)
Despesas gerais e administrativas	17	**(226)**	(22)	**(141.440)**	(115.561)
Resultado de equivalência patrimonial	7	**(3.604)**	(34.005)	**-**	-
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		**(3.830)**	(34.027)	**8.443**	(28.457)
Receitas financeiras	18	**7**	2	**468**	297
Despesas financeiras	18	**(4)**	2	**(12.738)**	(5.863)
Resultado financeiro		**3**	4	**(12.270)**	(5.566)
Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	19	**(3.827)**	(34.023)	**(3.827)**	(34.023)
IRPJ e CSLL		**(1)**	-	**(1)**	-
Prejuízo do exercício		**(3.828)**	(34.023)	**(3.828)**	(34.023)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Prejuízo do exercício	**(3.828)**	**(34.023)**	**(3.828)**	**(34.023)**
Outros resultados abrangentes	**-**	-	**-**	-
Resultado abrangente total do exercício	**(3.828)**	(34.023)	**(3.828)**	(34.023)

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	NE	Capital social	Reservas Instrumentos patrimoniais	Reservas de lucros Reserva Legal	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31/12/2020		**3.517**	**-**	**40**	**(24.384)**	**(20.827)**
Instrumentos patrimoniais	15	-	843	-	-	843
Prejuízo do exercício		-	-	-	(34.023)	(34.023)
Saldos em 31/12/2021		**3.517**	**843**	**40**	**(58.407)**	**(54.008)**
Instrumentos patrimoniais	15	**-**	**648**	**-**	**-**	**648**
Integralização de capital	15	**2.687**	**-**	**-**	**-**	**2.687**
Prejuízo do exercício		**-**	**-**	**-**	**(3.828)**	**(3.828)**
Saldos em 31/12/2022		**6.204**	**1.491**	**40**	**(62.236)**	**(54.501)**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Fluxo de caixa das atividades operacionais	NE	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Prejuízo do exercício		(3.828)	(34.023)	(3.828)	(34.023)
Ajustes:					
Depreciação	8	-	-	2.584	2.298
Amortização	9	-	-	2.843	2.627
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	13	-	(8)	3.338	308
Equivalência patrimonial	7	3.604	34.005	-	-
Provisão para bônus		-	-	3.843	3.000
Valor justo outorga *stock options*	15	-	-	648	843
Valor justo outorga *phantom share*	14	-	-	1.590	-
Juros provisionados		-	-	1.827	-
Rendimentos de títulos de renda fixa		-	-	(293)	-
Redução (aumento) dos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes		-	-	(22.003)	(31.508)
Estoques		-	-	(330)	(2.122)
Adiantamentos		-	-	1.201	910
Impostos a recuperar		-	-	(87)	(19)
Depósitos judiciais		-	-	-	10
Outras contas a receber		-	1.103	(345)	1.040
Aumento (redução) dos passivos operacionais:					
Fornecedores		-	-	(2.176)	2.997
Professores, autores e coaching		-	-	(1.219)	271
Obrigações com pessoal		-	-	(4.725)	3.546
Impostos a recolher		-	(11)	(706)	2.087
Receita diferida		-	-	17.541	34.189
Outras contas a pagar		-	-	42	19
Juros pagos sob empréstimos		-	-	(1.827)	-
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		**(224)**	**1.067**	**(1.789)**	**(13.526)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado	8	-	-	(1.192)	(1.405)
Aquisição de intangível	9	-	-	(5.788)	(11.619)
Títulos e valores mobiliários		-	-	(294)	(8.917)
Aporte de capital em controlada	7	(2.497)	-	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		**(2.497)**	**-**	**(7.274)**	**(21.941)**
Fluxo de caixa das ativid. de financiamento					
Mútuo com partes relacionadas	**11**	**-**	**(1.160)**	**-**	**-**
Obrigações por cotas de fundo de investimentos		-	-	(2.425)	59.799
Captação de empréstimos	12	-	-	15.000	(25.140)
Aumento de capital	15	2.687	-	2.497	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		**2.687**	**(1.160)**	**15.262**	**34.659**
Aumento (redução) líquido (a) em caixa e equivalentes de caixa		(34)	(93)	6.199	(808)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**3**	**157**	**251**	**10.435**	**11.243**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**3**	**123**	**157**	**16.634**	**10.435**

A Companhia não realizou atividades não envolvendo desembolso de caixa.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1. Contexto operacional: O Estratégia Educacional Participações S.A. (a "Companhia" ou "Estratégia Educacional") foi constituída em 19/07/2017, tendo como objetivo exclusivo a participação em outras Companhias que desenvolvam projetos na área educacional. Suas controladas possuem como principais operações a venda de livros digitas (exemplos: preparatórios para concursos públicos e vestibulares) e a prestação de serviços de orientação educacional, por meio de plataforma on- line. A Companhia está domiciliada no Brasil e sua sede está localizada em São Paulo, Estado de São Paulo. O Estratégia Educacional e suas controladas são cham a) Situação econômica e financeira: A Companhia apresentou, em 31/12/2022, patrimônio líquido negativo de R$54.501 e capital circulante negativo de R$31.765 devido, principalmente, ao registro da receita diferida, conforme o modelo de negócios da Companhia. A Administração da Companhia minimiza as eventuais necessidades de caixa de curto prazo, tomando todas medidas possíveis para que sua saúde financeira fique intacta e para reforçar o seu caixa. Em 2021, efetuou uma captação de um FIDC junto ao mercado financeiro, no montante de R$66.143, conforme divulgado em detalhes no item b) desta nota explicativa. Além disso, em março de 2022, concluiu a captação da Cédula de Crédito Bancário obtida junto ao banco ABC Brasil S.A., no montante de R$15.000 para capital de giro, conforme divulgado na nota explicativa de nº 13.Também em 2022 a Companhia aumentou seu capital social mediante caixa, sendo assim, no segundo trimestre de 2022 voltou a gerar caixa positivo, visto que os principais investimentos realizados na transformação digital e no lançamento das novas verticais de negócios (cursos preparatórios para Vestibular e Residência Médica) foram desenvolvidos. b) Cessão de direitos: Em março de 2021, foi aprovada pela administração da Companhia, a estruturação do de condomínio fechado e com prazo de duração indeterminado. O total do Patrimônio Líquido definido pela administração foi no valor de R$66.143, alinhada com a estrutura de capital ótima da Companhia. O objetivo do FIDC é proporcionar aos Cotistas, a valorização de suas Cotas, no longo prazo, por meio de aplicação dos recursos do FIDC, preponderantemente, na aquisição dos Financeiros, de acordo com os critérios estabelecidos em Regulamento. O FIDC adquirirá créditos originados das transações de pagamento via cartão de crédito das principais bandeiras de cartão (Visa, Master, Elo, AMEX e Hiper) por meio da plataforma de pagamentos do Estratégia, garantidos por cessão fiduciária das agendas de recebíveis futuros. O FIDC iniciou suas operações em setembro de 2021, com a emissão de 55.000.000 cotas com valor nominal unitário de R$1,00 (um real), sendo 36.800.000 cotas seniores com rentabilidade teto de CDI + 5,00% da variação do DI, 13.200.000 cotas mezanino com rentabilidade teto de CDI + 7,00% da variação do DI e 5.000.000 cotas subordinadas juniores do Estratégia. As cotas seniores e mezanino ficaram divididas igualmente com 25.000.000 cotas cada, subscritas pelo Banco Itaú S.A. e ARX Investimentos LTDA. Em outubro de 2021, foi realizada uma nova emissão de 9.400.000 cotas seniores com rentabilidade de CDI +5,00% da variação do DI, subscrita pelo Ibiúna Credit FIM CP e 1.600.000 cotas subordinadas juniores do Estratégia. A totalidade do valor das cotas seniores e mezanino correspondente ao principal investido será amortizada ao longo de 5 (cinco) anos, a partir de sua data da emissão com uma carência de 12 (doze) meses. A rentabilidade acrescida as cotas seniores e mezanino serão pagas mensalmente, a partir da data da emissão. **2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e sumário das principais práticas contábeis: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1) e pronunciamento técnico CPC PME (R1), e estão apresentadas em milhares de reais (R$), exceto quando indicado de outra forma. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir, as quais foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente e estão consistentes com o exercício anterior. **2.3. Resumo das principais práticas contábeis adotadas pela Companhia:** a) Moeda funcional e de apresentação: A moeda funcional e de apresentação utilizada para mensurar os itens da Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas é o real (R$), que representa o ambiente econômico no qual a Companhia realiza suas operações. b) Caixa e equivalentes de caixa: Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários de curto prazo, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e têm vencimentos inferiores há 90 dias, não excedendo o seu valor de mercado ou de realização. c) Instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros foram contabilizados e estão sendo apresentados conforme disposições integrais das Seções 11 e 12 da NBC TG 1000 (R1). *Reconhecimento e mensuração:* A Companhia reconhece um ativo ou um passivo financeiro somente quando tornar-se parte das disposições contratuais do instrumento. O ativo ou o passivo financeiro é reconhecido e mensurado inicialmente pelo custo da operação (incluindo os custos de transação, exceto na mensuração inicial de ativos e passivos financeiros, que são subsequentemente mensurados pelo valor justo por meio do resultado), a menos que o acordo constitua, de fato, uma transação de financiamento para a Companhia (para passivo financeiro) ou para a contraparte (para ativo financeiro) do acordo. Os ativos ou passivos financeiros básicos são reconhecidos pelo custo da operação, a menos que o acordo constitua, de fato, uma transação financeira. Se o acordo constitui uma transação financeira, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros com base no valor presente dos pagamentos futuros, descontados pela taxa de juros de mercado para instrumento de dívida semelhante. No final de cada período de divulgação, a Companhia avalia a existência de evidências objetivas quanto ao valor recuperável dos ativos financeiros avaliados com base no custo ou custo amortizado. Se houver, a Companhia reconhece, imediatamente, uma redução no valor recuperável no resultado. A Companhia baixa um ativo financeiro apenas quando: (i) os direitos contratuais para os fluxos de caixa do ativo financeiro vençam ou sejam liquidados; (ii) a Companhia transfira para outra parte praticamente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro; (iii) a Companhia, apesar de ter retido alguns riscos e benefícios relevantes da propriedade, transferiu o controle do ativo para outra parte e a outra parte tem a capacidade prática de vender o ativo na íntegra para terceiros não relacionados, e é capaz de exercer essa capacidade unilateralmente, sem precisar impor restrições adicionais à transferência. A Companhia baixa um passivo financeiro (ou parte do passivo financeiro) apenas quando ele é extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato é cumprida, cancelada ou expira. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes e partes relacionadas. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: empréstimos e financiamentos, fornecedores e partes relacionadas. *Mensuração do valor justo:* Os valores justos estimados foram determinados usando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Assim, as estimativas aqui apresentadas não são necessariamente indicativas dos montantes que a Companhia poderia realizar no mercado atual. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativas podem ter um efeito significativo nos valores justos estimados. b) Contas a receber: As contas a receber estão registradas aos valores nominais das faturas e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída com base em análise específica da situação de cada cliente quanto à idade das contas e situação financeira, e/ou em liquidação judicial feita pela Administração, para as quais a Companhia não dispõe de garantias para fazer face às perdas prováveis na respectiva realização. c) Estoques: Demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, os estoques consistem em direitos autorais sobre vendas de cursos e pacotes dos livros digitais. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios menos os custos estimados necessários para efetuar a venda. d) Investimentos: Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base no balanço patrimonial da investida na mesma data-base do balanço da controladora. É constituída provisão para perdas caso a controlada apresente saldo de passivo a descoberto (patrimônio líquido negativo) e, quando aplicável, para outros investimentos considerados de difícil recuperação. e) Imobilizado: Apresentado pelo custo de aquisição, líquido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear conforme as taxas mencionadas na nota explicativa nº 8, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A depreciação do ativo se inicia quando o ativo está disponível para uso, isto é, quando está no local e em condição necessária para funcionar da maneira pretendida pela administração sendo reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados nas datas de encerramento do exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. f) Intangível: Apresentado pelo custo de aquisição, líquido da amortização do período. Os ativos intangíveis são compostos por: (i) Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumulado; (ii) Direitos autorais adquiridos para utilização de materiais de propriedade intelectual dos professores, com vida útil definida de 10 anos; (iii) Marcas e patentes referentes ao registro no nome e marca da companhia, não são amortizados e, (iv) Ágio (goodwill), apurado na aquisição de controlada, representado pelo valor do custo de aquisição do investimento que superar o valor patrimonial. i) "Impairment" de ativos não financeiros: Os ativos que estão sujeitos à amortização e/ou depreciação são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por "impairment" é reconhecida pelo valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Esse último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do "impairment", os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido "impairment", são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão e/ou manutenção do "impairment" no fim de cada exercício. j) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: Reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. A Companhia não reconhece um ativo contingente como ativo. A divulgação de ativo contingente é exigida quando a entrada de benefícios econômicos for provável. Entretanto, quando o fluxo de benefícios econômicos futuros para a Companhia for praticamente certo, então o referido ativo não é um ativo contingente, e seu reconhecimento é apropriado. k) Provisão para IRPJ e CSLL: Os passivos tributários correntes provisionados são calculados com base na legislação em vigor nas datas de encerramento das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, ajustados pelas compensações dos prejuízos fiscais e da base negativa de IRPJ e da CSLL, obedecendo ao limite estipulado em legislação específica. l) Estimativas contábeis: Na aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas anteriormente, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas esse exercício, ou também em exercícios posteriores. Os principais itens sujeitos a julgamentos na aplicação das políticas contábeis são determinação da vida útil de bens do imobilizado e intangível para fins de depreciação e amortização, provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, entre outros. m) Reconhecimento de receita: A receita da venda de livros digitais e prestação de serviços é reconhecida na demonstração do resultado na medida em que os livros digitais são disponibilizados para os clientes e os serviços são efetivamente prestados mediante o valor estabelecido pela Administração. A venda de livros digitais refere-se ao material eletrônico disponibilizado para download e utilização do aluno, seja ele apostila, provas e/ou vídeo aulas e os serviços prestados referem-se aos serviços de resposta aos fóruns de pergunta, monitoria e auxílio aos alunos, aula online, entre outros. Quando aplicável, os livros vendidos e serviços contratados e ainda pendentes de realização são registrados no passivo como receitas diferidas de acordo com a vigência contratual. As receitas de livros digitais e serviços prestados são reconhecidas no resultado conforme a disponibilização de materiais para o cliente. A receita é apresentada na demonstração do resultado líquida de deduções, incluindo os impostos incidentes, quando aplicável. Caso seja provável que descontos sejam concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas e os serviços prestados. n) Custos de produções, direitos autorais e serviços: Os custos compreendem o valor justo da contraprestação paga ou a pagar de gastos diretos à produção de livros digitais, serviços e direitos autorais, no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia reconhece os custos por competência conforme serviços prestados, utilização de materiais diretos para produção de matérias e disponibilização de materiais para o cliente. Os custos com professores podem ser divididos entre dois tipos, são eles serviço prestado e direito autoral. O montante de direitos autorais a serem pagos aos professores referem-se ao montante dos direitos autorais relacionados a cursos e pacotes atrelados as vendas dos produtos, sendo que para os professores são pagos 20% sobre o montante de venda por aula inseridas dentro do produto oferecido. As assinaturas ilimitadas referem-se as apurações do montante de direito autoral pago aos professores nesta modalidade, a qual é mensurada mensalmente, através da avaliação da estante virtual do aluno onde pode conter no máximo 3 matérias em utilização, sendo que a existência da referida matéria na estante mensal é a base de determinação se será pago ou não o direito autoral. Caso a matéria do professor esteja na estante virtual, será pago um montante de 20% do valor mensal pago pelo aluno, rateado pelo total de cursos em sua estante virtual. o) Pagamento baseados em ações: O Grupo possui planos de pagamento baseado em ações liquidados em ações, segundo os quais a administração se compromete com ações baseados no preço ou valor das ações para empregados e não empregados em troca de serviços. As práticas contábeis utilizadas pelo Grupo no que tange ao reconhecimento do pagamento baseado em ações está de acordo com as normas adotadas no Brasil. O custo de transações liquidadas em ações é mensurado pelo valor justo na data da outorga. O custo é registrado como despesa juntamente com um aumento correspondente no patrimônio líquido durante o período do serviço ou na data da concessão, quando a concessão se refere a serviços passados. O Grupo também possui planos de pagamento por caixa baseados no preço ou valor das ações para empregados e não empregados em troca de serviços. As práticas contábeis utilizadas pelo Grupo no que tange ao reconhecimento do pagamento em caixa, baseado em ações está de acordo com as normas adotadas no Brasil. O valor das ações outorgadas no referido plano é mensurado e reconhecido pelo seu respectivo valor justo mensurado a cada data de reporte, em contrapartida ao correspondente aumento no passivo da Companhia, contabilizando o referido plano à medida que os serviços são prestados pelos funcionários e prestadores de serviços, beneficiários do plano, ou seja, ao longo do período de aquisição de direito (vesting period), com o correspondente aumento do passivo p) Classificação de ativos e passivos, circulante e não circulante: Os ativos e passivos são classificados no circulante quando se estima que sua realização ou liquidação ocorrerá nos próximos 12 meses, caso contrário, são demonstrados no não circulante. Um ativo é reconhecido no balanço quando é provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e quando seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. Alguns passivos envolvem incertezas quanto ao prazo e valor, sendo estimados na medida em que são incorridos e registrados por meio de provisão. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **2.4. Base para consolidação das demonstrações financeiras:** Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de governar as políticas financeiras e operacionais para obter benefícios em suas atividades. Em casos aplicáveis, a existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla ou não a entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle acionário é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle deixa de existir. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando práticas contábeis consistentes. As controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são:

	Participação	
	31/12/2022	31/12/2021
Estratégia Concursos S.A.	100%	100%
Estratégia Educacional Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (controle indireto)	20,07%	11,23%

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram eliminados os saldos e as transações decorrentes de negócios entre as companhias, bem como de lucros ou prejuízos não realizados, patrimônio líquido das controladas e investimento em controladas na controladora.

3. Caixa e equivalentes de caixa:	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Caixa e bancos	**10**	**10**	**20**	**20**
Aplicações financeiras	**113**	148	**16.614**	10.415
	123	158	**16.634**	10.435

A Companhia possui aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, majoritariamente atreladas ao CDI ou SELIC, sendo parte significativa realizada a partir de fundos de investimentos de renda fixa, sob a administração e gestão de grandes instituições financeiras. O objetivo desses fundos visa remunerar as disponibilidades do Grupo Estratégia sem incorrer em instrumentos ou valores mobiliários de médio e alto risco, com taxa média de 91% do CDI (92,25% em 2021) e SELIC 11,73% a.a (9,25% em 2021). podendo ser resgatada a qualquer momento, por solicitação da Companhia, sem mudança substancial de seus valores.

4. Títulos e valores mobiliários:	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Letras Financeiras do Tesouro	**9.211**	**8.917**
Total a vencer	**9.211**	8.917

Os títulos e valores mobiliários estão classificados como títulos de renda fixa. O valor justo dos títulos de renda fixa é apurado a partir dos valores atualizados da taxa de juros DI disponibilizadas ao mercado através de órgão oficiais (B3, BACEN etc.).

5. Contas a receber	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
A vencer	**101.056**	**79.053**
Total a vencer	**101.056**	79.053

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 18/04/2023

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação

O saldo da rubrica Contas a receber de clientes não possui saldos vencidos, e o saldo total está a vencer após 31/12/2022. Em 31/12/2022 e 2021, a administração concluiu não haver necessidade de constituição de perdas com recebíveis, devido os seus recebíveis estarem substancialmente em operadoras de cartões, minimizando o risco do não recebimento.

6. Estoques:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Custo com direitos autorais	7.021	6.690
	7.021	6.690

A Companhia registra seus estoques de direitos autorais mediante pagamento do custo em função do faturamento do mês e apropria em seu resultado de acordo com o reconhecimento da receita mensal. A Administração não identificou perda em seu estoque e considera o prazo máximo de realização em doze meses.

7. Investimentos

	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Estratégia Concursos S.A. (i)	**(54.613)**	**(54.154)**
Total de Investimentos (passivo a descoberto)	**(54.613)**	(54.154)

(i) A Companhia possui investimento com saldo credor, sendo reclassificada para a conta de Participações a pagar no Passivo.

7.1. Informações sobre os investimentos:

	2022		2021	
	FIDC	Concursos	FIDC	Concursos
Quantidade de ações	**-**	**10.000**	-	10.000
Participação %	**20,07%**	**100%**	11,23%	100%
Capital social	**53.617**	**10.482**	64.929	7.985
Patrimônio líquido	**72.387**	**(54.613)**	67.360	(54.154)
Lucro/(Prejuízo) líquido	**17.553**	**(3.604)**	2.431	(34.005)

7.2. Movimentação dos investimentos

	Concursos
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(20.991)
Equivalência patrimonial	(34.005)
Custos com instrumentos patrimoniais outorgados	843
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(54.154)
Equivalência patrimonial	**(3.604)**
Aumento de capital	**2.497**
Custos com instrumentos patrimoniais outorgados	648
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(54.613)

7.3. Movimentação das obrigações por cotas de fundo de investimentos: A movimentação abaixo está relacionada à consolidação do FIDC refere-se ao saldo em 31/12/2022 das ações que não pertencem ao Estratégia.

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-
Cotas de investimento pessoa jurídicas	66.143
Variações na amortização de cotas	(1.214)
Resultado do exercício FIDC	2.431
Eliminação - cotas do Estratégia	(7.561)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	59.799
Variações na amortização de cotas	**(4.965)**
Resultado do exercício FIDC	**17.553**
Eliminação - cotas do Estratégia	(15.013)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	57.374

8. **Imobilizado:** a) Composição do imobilizado:

		Consolidado			
				31/12/2022	31/12/2021
	Vida útil	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Máquinas e equipamentos	10	3.684	(1.367)	2.317	2.413
Computadores e periféricos	5	5.960	(3.119)	2.841	2.971
Equipamentos de comunicação	10	2.630	(1.911)	719	1.363
Móveis e utensílios	10	948	(584)	366	463
Benfeitorias em imóveis de terceiros (*)	-	10.769	(1.318)	9.452	9.744
Imobilizado em andamento	-	-	-	-	133
	-	**23.991**	**(8.299)**	**15.694**	**17.086**

Saldo em	Máquinas e equipamentos	Computadores e periféricos	Equipamentos de comunicação	Móveis e utensílios	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Imobilizado em andamento	Total
31/12/2020	2.238	3.061	2.013	525	7.668	2.474	17.979
Adições	255	798	-	6	-	344	1.405
Transferências	245	-	-	31	2.412	(2.686)	-
Depreciações	(325)	(888)	(650)	(99)	(336)	-	(2.298)
Saldo em 31/12/2021	2.413	2.971	1.363	463	9.744	133	17.086
Adições	**279**	**902**	**6**	**5**	**-**	**-**	**1.192**
Transferências	**-**	**-**	**-**	**-**	**133**	**(133)**	**-**
Depreciações	**(375)**	**(1.032)**	**(650)**	**(102)**	**(425)**	**-**	**(2.585)**
Saldo em 31/12/2022	**2.317**	**2.841**	**719**	**366**	**9.452**	**-**	**15.694**

As principais aquisições e projetos no ano 2022 estão relacionados à continuidade da expansão da capacidade de produção de videoaulas por meio de novos estúdios de gravações e modernização de equipamentos. O Grupo efetuou a revisão de vida útil e não houve impacto para o ano de 2022. O Grupo não possui ativos imobilizados para os quais tenha titularidade restrita ou que foram dados em garantia para passivos. Não existem compromissos contratuais para aquisição de ativo imobilizado. **9. Intangível:** a) Composição do intangível:

		Consolidado			
				31/12/2022	31/12/2021
	Vida útil	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Softwares	5	1.070	(821)	249	440
Direitos autorais	**10**	**28.134**	**(6.487)**	**21.647**	23.703
Marcas e patentes	**-**	**1.037**	**-**	**1.037**	1.037
Intangível em andamento (*)	**-**	**24.632**	**-**	**24.632**	19.440
		54.873	**(7.308)**	**47.565**	44.620

Saldo em	Softwares	Direitos autorais	Marcas e patentes	Intangível em andamento	Total
31/12/2020	662	24.479	450	10.037	35.628
Adições	-	662	587	10.370	11.619
Transferências	-	967	-	(967)	-
Amortizações	(222)	(2.405)	-	-	(2.627)
Saldo em 31/12/2021	440	23.703	1.037	19.440	44.620
Adições	**2**	**593**	**-**	**5.192**	**5.787**
Transferências	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Amortizações	**(193)**	**(2.650)**	**-**	**-**	**(2.843)**
Saldo em 31/12/2022	**249**	**21.646**	**1.037**	**24.632**	**47.565**

(*) Refere-se à aquisição de Direitos Autorais relacionados ao curso de Residência Médica a ser lançado completamente ao final de 2022. O Grupo efetuou a revisão de vida útil e não houve impacto para o ano de 2022.

10. Receitas diferidas

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Livros digitais	**141.542**	**122.096**
Serviços prestados	**18.512**	17.761
Cancelamentos (*)	**(14.344)**	(11.688)
	145.709	128.169
Curto prazo	**135.567**	112.804
Longo prazo	**10.143**	15.365
	145.709	128.169

(*) Refere-se a cancelamentos por desistência do curso, aprovação em concursos ou migração para um outro produto que serão reconhecidos no resultado mês a mês anulando os respectivos reconhecimentos das receitas.

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
2022	-	112.804
2023	**135.567**	12.167
2024	10.143	3.198
	145.709	128.169

11. Partes relacionadas: Não há saldos a receber e a pagar e/ou houve transações com partes relacionadas durante o exercício de 2021 e 2022 que devessem ser divulgadas. Remuneração da Administração: Durante o exercício findo em 31/12/2022, os honorários dos administradores foram de R$ 6.098 (R$ 4.482 em 31/12/2021), apropriados ao resultado nas Pró-labore **12. Empréstimos e financiamentos:**

				Controladora e Consolidado	
Modalidade/ moeda	Instituição	Encargos financeiros	Vencimento	Garantias	2022	2021
Capital de giro	Banco ABC	CDI + 4,2% a.a.	48 meses	Sim	15.000	-
Total					**15.000**	**-**
Circulante					4.459	-
Não circulante					10.541	-

A movimentação está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado
	31/12/2022
Saldo anterior	-
Captações	15.000
Apropriação de encargos financeiros	1.827
Pagamento de encargos financeiros	(1.827)
Saldo final	**15.000**

Os montantes registrados a longo prazo em 31/12/2022 apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora e Consolidado
2024	4.865
2025	4.865
2026	811
Total	**10.541**

O Grupo detém empréstimos bancários no montante de R$15.000 em 31/12/2022. De acordo com os termos do contrato, os juros foram pagos mensalmente em 2022, a partir do mês abril de 2022. Após a carência de 12 meses do pagamento do principal da operação, tanto os juros como o principal serão pagos mensalmente, com início em março de 2023. O empréstimo tem como vencimento final fevereiro de 2026. Como garantia do empréstimo, foi oferecido R$ 5.000 ou 70% (setenta por cento) do saldo devedor do valor de principal, encargos e acessórios desta CCB, o que for menor, em forma dos recebíveis de cartão de crédito. O contrato não prevê *covenants.* **13. Provisão para riscos tributários cíveis e trabalhistas:** A Administração da Companhia avalia periodicamente, com base na opinião de seus assessores jurídicos, os riscos envolvidos em cada processo e quando necessário, mudanças na expectativa de risco de processos fiscais podem demandar constituição adicional de provisão para riscos, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhista	**-**	**-**	6.817	3.496
Civil	**-**	**-**	**69**	52
	-	**-**	**6.886**	3.548

A movimentação e composição dessa provisão são como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2020	-	3.498
Adições	-	308
Pagamentos/baixas	-	(258)
Saldo em 31/12/2021	-	3.548
Adições	-	**3.578**
Pagamentos/baixas	-	**(240)**
Saldo em 31/12/2022	-	**6.886**

A Companhia possui registrado no seu ativo não circulante um saldo de R$10 em 31/12/2022 (R$10 em 31/12/2021) referente a depósitos judiciais trabalhistas. Processos com estimativa de perda classificada como possível: A Companhia possui ações de natureza trabalhista, fiscal e outras envolvendo riscos de perda classificados pela Administração e por seus assessores jurídicos como possível, para as quais não há provisão constituída, no montante de R$48.049 em 31/12/2022 (R$43.612 em 31/12/2021), o qual é demonstrado por natureza, como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Cível	**1.523**	1.047
Trabalhista	**529**	95
Fiscal	**46.239**	42.470
	48.291	43.612

A Companhia é parte envolvida em diversas naturezas. As principais causas são: • Impugnação a Auto de Infração que visa à cobrança de valores a título de multa isolada e juros pela falta de retenção na fonte e recolhimento do IRPJ sobre os lucros distribuídos aos sócios ocultos das Companhias em Conta de Participação (SCP) integradas pela companhia, quais sejam, os professores responsáveis pelos cursos online por ela comercializados e administrados. A autuação abrange o período de 2013 a 2015. No entendimento do fisco, as SCP foram utilizadas para dissimilar prestações de serviços e, por essa razão, efetuou os lançamentos decorrentes de relações com esta natureza jurídica. Foi atribuída responsabilidade solidária aos sócios da Estratégia. Valor da causa atualizado R$20.297 em 31/12/2022 (R$18.553 em 31/12/2021). • Impugnação a Auto de Infração que visa à cobrança de valores a título de Contribuição Previdenciária Patronal e dos Segurados e Multas Previdenciárias sobre os lucros distribuídos aos sócios ocultos das Companhias em Conta de Participação (SCP) integradas pela companhia, quais sejam, os professores responsáveis pelos cursos online por ela comercializados e administrados. A autuação abrange o período de 2013 a 2015. No entendimento do Fisco, as SCP foram utilizadas para dissimular prestações de serviços e, por essa razão, efetuou os lançamentos decorrentes de relações com esta natureza jurídica. Foi atribuída responsabilidade solidária aos sócios da Estratégia. Valor da causa atualizado R$25.942 em 31/12/2022 (R$23.917 em 31/12/2021). **14. Outras contas a pagar não circulante:** *Plano de incentivo de Longo Prazo da Estratégia Educacional:* A Companhia possui um plano de incentivo de longo prazo que oferece aos colaboradores da Companhia e de sua controlada, bem como pessoas jurídicas. Como o Estratégia optou pela outorga em incentivo financeiro em caixa, a contrapartida do lançamento da despesa é o Passivo Não Circulante a seu valor justo mensurado na data da concessão do incentivo. Até que o passivo seja liquidado, a entidade ajusta o valor justo do passivo ao final de cada exercício social e na data de sua liquidação, sendo as alterações de valores reconhecidas no resultado do período, obedecendo o regime de competência. • Quantidade de ações de referência: contempla o direito de incentivo da totalidade de 13.336 ações de referência, sendo que 5.619 são opções do Tipo A e 7.717 são opções do Tipo B; • Data da Concessão (*grant date*): três datas de outorga das opções em 8 de abril, 2 e 10/05/2022; • Períodos de Maturação: o direito do incentivo se torna adquirido após o período de 24 meses a partir da data de outorga. Porém, em 8.314 das opções, 15% das opções se tornam maduras na data de assinatura do contrato de outorga, mais 15% das opções após seis meses da data de outorga, mais 15% das opções após 12 meses, contados a partir da data de outorga, mais 15% das opções após 18 meses contados a partir da data de outorga e o restante 40% a partir da data de ocorrência de um evento de liquidez. Em 6.769 opções, 15% das opções se tornam maduras após 135 dias contados a partir da data de assinatura do contrato de outorga, mais 15% das opções após 315 dias da data de outorga, mais 15% das opções após 495 dias, contados a partir da data de outorga, mais 15% das opções após 675 dias contados a partir da data de outorga e o restante 40% a partir da data de ocorrência de um evento de liquidez. Na hipótese de ser consumado, durante o período de maturação, um evento de liquidez, o período de maturação será antecipado com relação a 100% opções de referência. Será considerado evento de liquidez a alienação do controle da Companhia para terceiros ou oferta inicial em Bolsa de Valores IPO; • Datas Máximas para Exercício: as opções expiram com o encerramento do plano de incentivo, 10 (dez) anos contados da data de aprovação do plano em 05/04/2022; • Preço de Exercício de Referência: o preço de exercício de referência para a opção Tipo A é de R$1.500,00 por ação, corrigido pelo IPCA-IBGE acumulado desde 07/11/2019 até a data do pagamento de incentivo da opção de referência. Para a opção do Tipo B, o preço de exercício de referência é de R$4.500,00 por ação, corrigido pelo IPCA-IBGE acumulado também desde 07/11/2019 até a data do pagamento do incentivo. As Opções somente poderão ser exercidas de acordo com as condições previstas nos contratos. **15. Patrimônio líquido:** Capital: O capital subscrito e integralizado em é representado 201.603 ações, sem valor nominal cada uma, perfazendo um total de R$6.204, distribuídas como segue:

	Participação acionária	
Sócios:	31/12/2022	31/12/2021
Ricardo Vale Silva	**19,8%**	20,0%
Heber Felipe Araújo de Carvalho	**27,4%**	27,5%
Sisley Participações S.A	**51,5%**	51,5%
Diretores pessoa física	**1,3%**	1,0%
	100,0%	100,0%

Em outubro de 2019, a Sisley Participações S.A. adquiriu uma parte da participação de 3 (três) dos 4 (quatro) sócios do Estratégia Educacional Participações S.A., a saber Mário Rodrigues Pinheiro, Antônio Sérgio da Silva Mendes Júnior e Ricardo Vale Silva. Na época, foi prevista entre as partes, por meio da assinatura de um Acordo de Acionistas, a possibilidade de exercício de opção de compra, pela Sisley Participações S.A., do restante da participação dos sócios Mário Rodrigues Pinheiro e Antônio Sérgio da Silva Mendes Júnior, bem como a possibilidade de exercício do direito de preferência pelo acionista Heber Felipe Araújo de Carvalho, de parte dessa participação. Em 2021, tanto a Sisley Participações S.A. exerceu o direito de opção de compra, quanto Heber Felipe Araújo de Carvalho o direito de preferência. Na oportunidade, ainda, foi aberta a possibilidade de diretores da Companhia adquirem ações e uma parte deles optou pela aquisição. Em 2022, houve emissão e integralização de 1.603 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, aumentando-se o capital social da empresa, mediante subscrição privada, no montante de R$ 2.687 passando de R$ 3.517 para R$ 6.204. Referido aumento foi integralmente subscrito pelos acionistas Sisley Participações S.A., Heber Felipe Araújo de Carvalho, Ricardo Strapasson Torques, Wagner Alexandre Damazio de Freitas, Rosenval Junior Telesforo Costa, Fani Mante Imacher Feitosa e Silvio Vranjac, nos termos do boletim de subscrição que permanece arquivado na sede da Companhia. • Reserva legal: Refere-se à constituição de reserva de acordo com o art. 193 da lei 6.404/76, referente à 5% do lucro líquido, permanecendo o montante R$40 em 31/12/2022 (R$40 em 31/12/2021). • Dividendos: Durante o ano de 2022 e 2021, não houve a distribuição dos lucros apurados no resultado da controladora Estratégia Educacional. • Instrumentos patrimoniais outorgados: A Companhia possui um plano de incentivo de longo prazo que oferece aos executivos. Como o Estratégia optou pela outorga em Instrumentos Patrimoniais (ações) a contrapartida do lançamento da despesa é o Patrimônio Líquido a seu valor justo mensurado na data a outorga, obedecido o regime de competência. *Plano de opções de compras de ações Estratégia Educacional:* • Quantidade de ações: Contempla direito de compra da totalidade de 15.240 ações, sendo que 10.240 são do Tipo A e 5.000 do Tipo B; • Data da concessão (Grant Date): data da outorga das opções em 31/03/2021; • Períodos de maturação: Duas formas distintas: para a maioria dos beneficiários, 21% das opções podem ser vestidas imediatamente após a outorga, mais 3,5% das opções podem ser vestidas a cada trimestre, contados da data da outorga, e o restante 30% podem ser vestidos a partir de 30/09/2024; (ii) na segunda forma de outorga, as opções poderão ser vestidas na proporção de 14% das ações após a primeira maturação, em 01/02/2022 e mais 3,5% das opções podem ser vestidas a cada trimestre, contados a partir da primeira data de maturação, e o restante 30% poder ser vestidas a partir de 01/02/2026. • Datas máximas para exercício: O prazo limite para o exercício do direito de compra se encerra após decorridos 8 (oito) anos contados a partir da data de outorga; As Opções somente poderão ser exercidas de acordo com as condições previstas nos contratos.

16. Receitas de vendas e serviços:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Livros digitais	**244.402**	180.325
Serviços prestados	**50.646**	35.430
(-) Impostos sobre venda de livros e serviços prestados	**(26.414)**	(18.608)
(-) Cancelamentos	**(34.960)**	(32.435)
	233.674	164.712

17. Natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado: A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando classificação da despesa com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas estão apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Direitos autorais	**-**	**-**	**19.625**	**17.088**
Serviços prestados	**-**	-	**35.710**	31.000
Outros custos diretos	**-**	-	**16.866**	15.110
Despesas com pessoal	**-**	-	**77.927**	77.188
Serviços de terceiros	**224**	23	**16.054**	16.265
Despesas com viagens	**-**	-	**548**	422
Despesas com marketing	**-**	-	**39.316**	21.894
Despesas administrativas	**1**	3	**8.891**	7.646
Depreciações e amortizações	**-**	-	**5.188**	4.713
Outras despesas/(receitas)	**1**	(4)	**5.106**	1.843
	226	22	**225.231**	193.169
Custos na venda de produtos e serviços	**-**	**-**	**72.201**	**63.198**
Despesas comerciais	**-**	-	**11.590**	14.410
Despesas gerais e administrativas	**226**	22	**141.440**	115.561
	226	22	**225.231**	193.169

18. Resultado financeiro:

	Controladora		Consolidado	
Receitas financeiras:	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Rendimento sobre aplicações financeiras	7	2	449	210
Descontos obtidos	-	-	19	87
Total	**7**	**2**	**468**	**297**
Despesas financeiras:				
Juros de empréstimo e financiamentos	-	-	(1.827)	-
Juros na operação de FIDC	-	-	(10.095)	(3.160)
Outras	(4)	2	(816)	(2.703)
Total	**(4)**	**2**	**(12.738)**	**(5.863)**
Total resultado financeiro	**3**	**4**	**(12.270)**	**(5.566)**

19. IRPJ e CSLL: A Companhia Estratégia Educacional está inserida dentro do regime fiscal de lucro presumido, recolhendo IRPJ e CSLL com base nos respectivos faturamentos líquidos dos exercícios. A controlada Estratégia Concursos está inserida dentro do regime fiscal de lucro real, recolhendo IRPJ e CSLL com base nos respectivos resultados fiscais dos exercícios. A conciliação entre as despesas de IRPJ e CSLL, efetiva e nominal, com o resultado da aplicação direta da alíquota dos respectivos tributos sobre o resultado societário é como segue: Reconciliação da despesa do IRPJ e da CSLL

		Presumido
Presunção de lucro sobre as receitas de acordo com previsão na legislação do IRPJ presumido	**31/12/2022**	31/12/2021
	7	-
Total do imposto apurado (alíquota de IRPJ - 25% e CSLL 9%)	**1**	-
Outros efeitos dos impostos de recolhimento diferido	**-**	-
Total de despesas do ano	**1**	-
Alíquota efetiva IRPJ e CSLL	**24%**	24%

	Real	
	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo do exercício	(3.828)	(34.005)
Alíquota nominal	**34%**	34%
Créditos de IRPJ e CSLL pela alíquota fiscal nominal	**1.302**	11.562
Ativo diferido fiscal não reconhecido sobre diferenças temporárias	**(488)**	(10.203)
Diferenças permanentes: Despesas indedutíveis	(814)	(1.359)
Despesa de IRPJ e CSLL	**-**	-

Em 31/12/2022 e de 2021, a Companhia possui créditos tributários de IRPJ e CSLL provenientes de prejuízos fiscais, no montante de R$ 48.607 para IR e R$ 58.681 para CS (R$ 47.395 IR e R$ 56.018 CS em 31/12/2021). No entanto, devido ao elevado valor dos prejuízos acumulados e, consequentemente, do Patrimônio líquido negativo, somados ainda à incerteza do atual quadro econômico, não havendo como estabelecer parâmetros confiáveis para uma projeção de resultados positivos que contemple um cenário dilatado de operações para o futuro, a Companhia não efetuou registro do IRPJ e da CSLL diferidos no ativo. **20. Cobertura de seguros:** A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, com o objetivo de delimitá- los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas pelo montante a seguir indicado, para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31/12/2022 e 2021, a Companhia e suas controladas possuíam as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Coberturas	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Garantia - fiança locatícia	**136**	71
Patrimonial - residencial/empresarial	15.149	12.153
Equipamentos	**186**	-
	15.471	12.224

21. Instrumentos financeiros: a) Considerações gerais: As transações financeiras ocorridas envolvem ativos e passivos usuais e pertinentes à atividade econômica da Companhia, particularmente aplicações financeiras com vencimentos em curto prazo e longo prazo, contas a receber de clientes e outras contas a receber, contas a pagar ou de gerenciamento de caixa, professores, autores, coaching e partes relacionadas - empréstimos. Em 31/12/2022 e de 2021, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos contratados com propósitos especulativos. Nas datas dos balanços, controladora e consolidado, esses ativos e passivos mensurados ao seu custo amortizado com seu valor justo são como segue:

Ativos financeiros	Controladora		Consolidado	
Mensurados ao custo amortizado:	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	**123**	**157**	**16.634**	**10.435**
Contas a receber de clientes	**-**	**-**	**101.056**	79.053
Títulos e valores mobiliários	**-**	**-**	**9.211**	8.917
Outras contas a receber	**-**	**-**	**555**	209
Total	**123**	157	**127.456**	98.614
Passivos financeiros				
Mensurados ao custo amortizado:				
Fornecedores	**-**	**-**	**4.729**	**6.905**
Professores, autores e coaching	**-**	**-**	**4.558**	5.777
Outras contas a pagar	**-**	**-**	**2.769**	1.136
Empréstimos	**-**	**-**	**15.000**	-
Obrigações por cotas de fundo de investimentos	**-**	**-**	**57.374**	**59.799**
Total	**-**	**-**	**84.429**	73.617

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento da Companhia, a avaliação potencial dos riscos. Assim, podem existir riscos com ou sem garantias dependendo de aspectos circunstanciais ou legais. Os principais fatores de risco de mercado que podem afetar os negócios da Companhia estão apresentados a seguir: b) Risco de liquidez: A Administração elabora um modelo de gerenciamento das necessidades de investimento e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. c) Risco de crédito: A carteira de clientes da Companhia é composta significativamente por recebíveis de cartão e boletos junto a operadora de crédito. Os valores sem previsão de recebimento são integralmente provisionados. Para 31/12/2022 e 2021 as companhias não possuem saldo de provisão para devedores duvidosos. d) Risco de variação cambial sobre exposição líquida: Os recebíveis e fornecedores das companhias estão apurados e registrados em reais e não possuem risco de exposição a variação cambial. e) Risco de taxas de juros: Os resultados financeiros da Companhia são afetados pela volatilidade das taxas de juros, especialmente em relação ao CDI. São representados por saldos no ativo pela rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" e no passivo pela rubrica "Obrigações por cotas de fundo de investimentos". **22. Aprovação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram aprovadas e

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 18/04/2023

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação

autorizadas para emissão pelos administradores da Companhia em 22/03/2023. **23. Eventos Subsequentes:** A Companhia não possui decisões transitadas em julgado sobre tributos recolhidos de forma continuada, que sejam impactadas pela recente decisão do STF. Em virtude disso, não será necessária a revisão da probabilidade de perda, nem dos processos em andamento e ou já encerrados, que envolvam a discussão de tributos recolhidos de forma continuada.

Diretoria: **Daniel dos Santos Arcos** – CFO **Adriano Miguel** – Contador CRC SP 1SP 223.002/O-5

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselho de Administração e Administradores da **Estratégia Educacional Participações S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, do Estratégia Educacional que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Estratégia Educacional Participações S.A. em 31/12/2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir ades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles incumbidos pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22/03/2023.

Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC- SP-034519/O

Thaisa Maira Demartini Fré
Contadora
CRC-1SP253445/O-5

Data Mercantil
A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833
comercial@datamercantil.com.br

Sustentare Saneamento S/A

CNPJ/MF nº 17.851.447/0001-77

Relatório da Administração

Apresentamos o Relatório da Administração da Sustentare Saneamento S/A., relativo ao exercício de 2022, em cumprimento às exigências legais e regulatórias vigentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as normas contábeis aplicáveis, acompanhadas do parecer dos auditores independentes. O ano de 2022 foi marcado por um ambiente macroeconômico global conturbado. Mesmo nesse ambiente desafiador, a empresa continuou a apresentar resultados sólidos, dando seguimento ao processo de expansão da Companhia. Nossa estratégia de crescimento se encontra amparada por importantes pilares, ligados à excelência dos serviços prestados, à eficiência operacional e ao desenvolvimento de tecnologias e soluções de serviços que garantem a geração de resultados de forma consistente. Também significou um ano transformador, pela incorporação ao nosso patrimônio de 4 imóveis, sendo 2 aterros sanitários e 2 terrenos destinados à implantação de unidades de tratamento de resíduos. Atualmente a empresa possui três operações de aterros sanitários e consideramos que a ampliação dos negócios vinculados ao tratamento de resíduos agregará, no futuro próximo, maior retorno sobre ativos e um aumento da geração de caixa da empresa. Adicionalmente, consideramos que o modelo de negócio dos aterros sanitários modernos, que inclui a redução, tratamento e a valorização dos resíduos, considera uma vida útil média de 40 anos das áreas adquiridas e, consequentemente, permitirá maior estabilidade de resultados. Em virtude da vigência do novo marco legal de saneamento básico, lei Nº 14.026 de 15 de julho de 2020, superado o período de pandemia de COVID, decidimos formalizar nossa parceria com o Grupo Espanhol Águas de Valencia, que atua fora do seu país de origem com sua subsidiária IDRICA. Nossa estratégia prevê o aproveitamento das sinergias existentes entre o conjunto de serviços vinculados ao saneamento básico de uma determinada região, tais como abastecimento de água, esgotamento sanitários, limpeza urbana, manejos de resíduos sólidos e de águas pluviais. Por outra parte, mesmo diante da instabilidade do cenário mundial, o nível de atividade da área de saneamento básico vem surpreendendo positivamente e as projeções de crescimento do setor podem ser revistas para cima. Em comparação ao exercício anterior, os Ativos Totais da companhia tiveram um crescimento de 29%, alcançando R$ 490 milhões. O Patrimônio Líquido de 19%, alcançando R$ 260 milhões. As Receitas Totais de 18%, alcançando R$ 531 milhões. O Lucro Bruto ficou em R$ 87 milhões, representando um acréscimo de 33%. O Lucro Líquido final foi de R$ 29 milhões. Gostaríamos de destacar a consolidação do programa socioambiental da companhia, refletido no Relatório de Sustentabilidade (2022), que segue as principais diretrizes internacionais de reporte e gestão da sustentabilidade, tais como: Global Reporting Initiative (GRI) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas. No relatório, apresentamos nosso compromisso com a preservação ambiental, responsabilidade social e desenvolvimento humano, prezando pela excelência dos serviços, pelos interesses sociais da população e estrito cumprimento da legislação ambiental vigente, apresentando informações sobre as atividades que foram destaques do ano e os principais resultados, conforme destacamos a seguir: • Parceria técnica com universidades, escolas, empresas e organizações da sociedade civil, projeto de alfabetização dos colaboradores; • Fortalecimento diário da aplicação do código de conduta (Compliance) • Investimento Social Privado: • Ações sociais em comunidades carentes; • Projeto Abring; • Treinamento e desenvolvimento de pessoas; • Programa de orientação social para mais de 1200 colaboradores; • Projeto florescer; • Projeto Sustentare pela Educação Ambiental; • Projeto Educação Continuada; • Programa de atenção ao uso de álcool e outras drogas. As perspectivas para o ano 2023 são excelentes. Acreditamos que teremos um período de crescimento dos negócios com aumento das eficiências operacionais, bem como o início do aproveitamento dos resultados vinculados aos ativos recém adquiridos. Adicionalmente, esperamos ampliar a participação da Sustentare em outras áreas de serviços vinculados ao saneamento básico. Agradecemos aos nossos Colaboradores, Fornecedores e Parceiros que, em 2022, nos ajudaram a fortalecer a Sustentare como uma empresa de referência no segmento de gestão ambiental, inclusive contribuindo para a criação de melhores oportunidades nas comunidades onde atuamos. A todos, nossos sinceros agradecimentos.

Adilson Alves Martins – *Presidente*
Leonel Hernan Emilio Bustia – *Diretor Administrativo Financeiro*

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Valores expressos em Reais)*

Balanço Patrimonial

Ativo	Notas	2022	2021
Circulante		**291.615.970**	**223.000.575**
Caixa e equivalentes de caixa	4	31.099.301	14.647.217
Contas a receber	5	115.080.754	100.698.118
Outras contas a receber	6	105.629.459	74.849.895
Impostos a recuperar	7	337.019	213.642
Partes relacionadas	8	35.697.789	29.081.284
Estoques		2.460.723	2.425.260
Despesas antecipadas		1.310.925	1.085.159
Não circulante		**198.482.176**	**158.161.913**
Realizável a longo prazo		**87.852.177**	**44.127.164**
Outras contas a receber	6	48.819.477	42.800.695
Depósitos para garantia		1.352.890	1.326.469
Propriedade para investimentos em aterros sanitários	9	37.679.810	–
Investimentos	10	48.782.615	48.980.071
Imobilizado	11	61.801.361	64.968.803
Intangível	11	46.023	85.875
Total do ativo		**490.098.146**	**381.162.488**

Passivo	Notas	2022	2021
Circulante		**144.103.366**	**101.090.303**
Financiamentos	12	72.537.518	45.842.637
Fornecedores	13	13.407.285	12.621.342
Obrigações Fiscais e sociais	14	7.163.897	6.606.114
Obrigações com pessoal	15	32.674.420	28.193.642
IRPJ e Contribuição social		8.871.186	–
Parcelamento de tributos	16	5.775.210	4.706.157
Outras contas a pagar		–	2.792
Provisões de despesas		3.673.850	3.117.619
Não Circulante		**85.855.373**	**60.560.865**
Exigível a longo prazo		**85.855.373**	**60.560.865**
Financiamentos	12	47.707.464	26.635.838
Parcelamento de tributos	16	15.975.753	17.743.949
Impostos diferidos	17	17.744.047	11.752.969
Provisão para contingências	18	4.428.109	4.428.109
Patrimônio Líquido		**260.139.407**	**219.511.320**
Capital social	19	173.702.860	173.702.860
Reserva legal		5.158.924	4.055.011
Ajuste de avaliação patrimonial	20	11.700.327	–
Reserva de lucros		69.577.296	41.753.449
Total do Passivo		**490.098.146**	**381.162.488**

Demonstração dos Resultados

	2022	2021
Receita operacional bruta		
Receita de serviços prestados	530.802.595	449.317.639
Impostos incidentes sobre os serviços	(72.813.951)	(61.176.801)
Receita operacional líquida	**457.988.644**	**388.140.839**
Custo dos serviços prestados	(370.762.003)	(322.704.673)
Lucro bruto	**87.226.641**	**65.436.165**
Despesas gerais e administrativas	(33.530.653)	(28.698.650)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(14.755.843)	(9.028.622)
Outras receitas (despesas) líquidas	(80.476)	1.135.905
Resultado de Participações Societárias	(52.922)	175.811
Lucro Operacional	**38.806.747**	**29.020.609**
Provisão para IRPJ e CSLL	(9.878.987)	(6.942.350)
Lucro (Prejuízo) Liquido do Exercício	**28.927.760**	**22.078.259**

Demonstração dos Resultados Abrangentes

	2022	2021
Resultado do Exercício	28.927.760	22.078.259
Resultado Abrangente	–	–
Resultado Abrangente Total	**28.927.760**	**22.078.259**

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	28.927.760	22.078.259
Ajustes ao Lucro Líquido		
Baixas líquidas do ativo imobilizado	658.223	1.223.855
Resultado de equivalência patrimonial	197.456	(175.811)
Depreciações e amortizações	21.023.672	15.303.964
	50.807.111	**38.430.267**
Variações de ativos e passivos		
Contas a receber	(14.382.636)	(4.895.049)
Outras contas a receber	(36.798.346)	(30.273.983)
Despesas antecipadas	(225.766)	589.205
Estoques	(35.463)	(432.966)
Impostos a recuperar	(123.377)	1.398.256
Depósitos em garantia	(26.421)	(411.644)
Fornecedores	785.943	(4.026.510)
Obrigações fiscais e sociais	9.428.969	958.390
Obrigações com o pessoal	4.480.778	4.403.056
Parcelamento de tributos	(699.143)	(2.923.667)
Provisão para despesas	556.231	504.691
Outras contas a pagar	(2.792)	2.792
IRPJ e CSLL	–	83.004
	(37.042.023)	**(35.024.425)**
Caixa Gerado nas Atividades Operacionais	**13.765.088**	**3.405.842**
Atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(38.463.006)	(47.259.251)
Caixa Gerado nas Atividades de Investimentos	**(38.463.006)**	**(47.259.251)**
Atividades de financiamento		
Aumento nos empréstimos	47.766.507	35.555.149
Aumento de empréstimos a partes relacionadas	(6.616.505)	(10.311.123)
Caixa Gerado nas Atividades de Financiamento	**41.150.002**	**25.244.026**
Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	**16.452.084**	**(18.609.383)**
Caixa e Equivalentes no início do exercício	14.647.217	33.256.600
Caixa e Equivalentes no final do exercício	**31.099.301**	**14.647.217**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reserva Legal	Reserva de lucros	Lucro (prejuízo) do exercício	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**123.702.860**	**3.228.754**	**70.501.447**	**–**	**–**	**197.433.061**
Transferência para Reserva Legal	–	826.257	(826.257)	–	–	–
Aumento de Capital	50.000.000		(50.000.000)	–	–	–
Lucro (Prejuízo) líquido do período	–	–	–	22.078.259		**22.078.259**
Transferência para reserva de lucros	–	–	22.078.259	(22.078.259)		**–**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**173.702.860**	**4.055.011**	**41.753.448**	**–**	**–**	**219.511.320**
Transferência para Reserva Legal	**–**	1.103.913	(1.103.913)	–	–	**–**
Ajuste de Avaliação Patrimonial	**–**	**–**	–	–	11.700.327	**11.700.327**
Lucro (Prejuízo) líquido do período	**–**	**–**	–	28.927.760	–	**28.927.760**
Transferência para reserva de lucros	**–**	**–**	28.927.760	(28.927.760)	–	**–**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**173.702.860**	**5.158.924**	**69.577.296**	**–**	**11.700.327**	**260.139.407**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1. Contexto Operacional – A Companhia, constituída e organizada sob a forma de Sociedade Anônima, nos Termos da Lei 6.404/76, alterada pela Lei 11.638/07, opera sob a denominação social de **Sustentare Saneamento S/A.**, e tem sede social na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Engenheiro Antônio Jovino nº 220, 6º andar, conj. 64 – CEP 05727-200, podendo criar, instalar, transferir ou extinguir sucursais, filiais, agencias, representações ou escritórios onde e quando for julgado necessário por sua Diretoria, em qualquer local do território nacional ou exterior. A Companhia tem por objeto a execução de obras e serviços relativos aos sistemas de limpeza pública e privada, saneamento ambiental, inclusive construção pertinente a tais objetivos, no território nacional ou no exterior, tendo como compromisso precípuo a proteção, preservação e a melhoria constante do meio ambiente, para entidades públicas e privadas, sob regime de contratação, de permissão, de autorização ou de concessão. **Ações da administração no exercício:** A companhia em seu programa de compliance tem como seu principal objetivo tornar claros os seus princípios éticos, valores e a conduta esperada dos seus profissionais, no exercício das atividades, para que todos possam compreendê-los, respeitá-los e praticá-los. Acreditamos que um processo de crescimento sustentável depende de uma atuação pautada na honestidade, integridade, eficiência e responsabilidade de todos os profissionais que trabalham na nossa empresa, ao interagirem entre si, com clientes, investidores, fornecedores e autoridades do governo, assim como com qualquer outra entidade ou indivíduo. **2. Base de preparação das demonstrações contábeis – 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições da Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76) e nas normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis da sociedade estão sendo apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da e de apresentação da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas omitindo-se os centavos. **2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas. Julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras da Sociedade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **Estimativas e premissas:** Com base em premissas, a Sociedade faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir: **a) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.** A Sociedade reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Sociedade revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente. **3. Resumo das principais práticas contábeis – 3.1. Instrumentos financeiros:** i. Ativos financeiros não derivativos: A sociedade reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Sociedade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Sociedade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Sociedade nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Sociedade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Sociedade classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda. **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação o seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Sociedade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Sociedade. Os custos da transação, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Ativos financeiros designados como pelo valor justo através do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda. **Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** Caso a Sociedade tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Ativos financeiros mantidos até o vencimento são compostos por aplicações financeiras de longo prazo. **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa e clientes e outros créditos. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. **Ativos financeiros disponíveis para venda:** Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. Os investimentos da Sociedade em títulos patrimoniais e determinados títulos de dívida são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda. ii. Passivos financeiros não derivativos: A Sociedade reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Sociedade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Sociedade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. A Sociedade classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Sociedade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, limite de cheque especial bancário, fornecedores e outras contas a pagar. Limites de cheques especiais que tenham que ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Sociedade são incluídos como um componente dos equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa. **3.2. Propriedades para Investimentos:** A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado. Quando uma propriedade para investimento previamente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados. **3.3. Investimentos em controladas:** O investimento da Companhia em suas controladas é avaliado com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R2)/ IAS 28 – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, para fins de demonstrações contábeis. Com base no método da equivalência patrimonial, os investimentos nas controladas são contabilizados no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na coligada. O ágio relacionado com a controlada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Em função de o ágio fundamentado em rentabilidade futura (goodwill) integrar o valor contábil do investimento na controlada (não é reconhecido separadamente), ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável. A participação societária nas controladas é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da controlada. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia. **3.4. Imobilizado:** O imobilizado é avaliado pelo custo histórico de aquisição, deduzido das respectivas depreciações e das provisões por perdas do valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que representam a vida útil estimada dos bens. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados ao final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado posteriormente. **3.5. Redução ao valor recuperável de ativos:** Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao fim de cada período de reporte, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, A Companhia deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo e o seu valor em uso. **3.6. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos obtidos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo menos quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, exceto pelo derivativo embutido, que é mensurado pelo valor justo por meio do resultado. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado quando os passivos são baixados, bem como por meio do processo de amortização pelo método dos juros efetivos. O custo amortizado é calculado considerando qualquer desconto ou prêmio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método de juros efetivos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na despesa de juros nas demonstrações de resultados. **3.7. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Sociedade decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. **3.8. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2022 as ações ordinárias estão classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado líquido de impostos. **3.9. Apuração de resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **3.10. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos na reavaliação a valor justo de participação pré-existente em controlada. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação contingente, perdas em alienação de ativos disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis). Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. **3.11. Transações com partes relacionadas:** As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais. **3.12. Tributação:** A Sociedade é tributada pelo Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, apurando-os de acordo com as determinações legais de apuração pelo Lucro Real. O Programa de Integração Social e a Cofins são apurados de acordo com a metodologia de não-cumulatividade de acordo com a legislação vigente.

4. Caixa e equivalentes de caixa – Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão compostos das seguintes contas:

	2022	2021
Fundo Fixo	1.029	12.800
Bancos Conta Movimento – Sede	27.924.173	11.595.949
Bancos Conta Movimento – Filiais	1.506.066	918.016
Aplicações Financeiras	1.668.033	2.120.452
Total de Equivalentes de Caixa	**31.099.301**	**14.647.217**

Aplicações Financeiras estão registradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos auferidos até a data do balanço.

5. Contas a receber

	2022	2021
Clientes Públicos	71.001.588	63.866.646
Clientes Privados	985.465	819.506
Medições a Faturar	58.142.418	50.622.371
Provisão para Devedores Duvidosos	(15.048.717)	(14.610.405)
Total de Contas a Receber	**115.080.754**	**100.698.118**

A administração da Sociedade considera o montante de R$ 15.048.717 (R$ 14.610.405 em 2021) suficiente, para fazer face às possíveis perdas no recebimento de créditos.

6. Outras contas a receber

	Curto Prazo		Longo Prazo	
	2022	2021	2022	2021
Clientes Performados (a)	70.953.229	41.494.572	48.819.477	42.800.695
Adiantamentos Diversos	4.918.606	2.374.111		
Créditos Fiscais (b)	28.249.958	28.249.958	–	–
Outras Contas a Receber	1.507.666	2.731.254	–	–
Total de Outras Contas a Receber	**105.629.459**	**74.849.895**	**48.819.477**	**42.800.695**

(a) Refere-se a créditos decorrentes de prestação de serviços à clientes públicos, cuja expectativa de realização é praticamente certa, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos da sociedade. (b) Refere-se aos créditos fiscais provenientes de negociação com partes relacionadas, cuja expectativa de realização será no próximo exercício.

7. Impostos a recuperar

	2022	2021
Cofins a Recuperar	–	116.574
IRRF a Recuperar	333.195	72.195
Outros Impostos a Recuperar	3.824	24.873
Total de Impostos a Recuperar	**337.019**	**213.642**

8. Partes relacionadas

	2022	2021
Qualix Serviços Ambientais S/A	14.397.400	11.154.215
Modernna Ambiental S/A	1.413.886	879.574
Solidez Assessoria Empresarial Ltda	5.053.170	2.214.162
Alvor Participações Ltda.	14.833.333	14.833.333
	35.697.789	**29.081.284**

Representam operações de empréstimos efetuados a empresas relacionadas, devidamente lastreadas por contratos de mútuo. Estão demonstrados pelos valores concedidos, acrescidos dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até a data do balanço, cujas taxas correspondem às usuais de mercado. Nos exercícios de 2020 e 2021 a Sociedade recebeu como pagamento de dívida de coligada, valor equivalente em créditos fiscais, conforme descrito na nota explicativa nº 14.

9. Propriedade para investimento em Aterros Sanitarios: Com o objetivo de apresentar de forma transparente a rubrica de Ativos

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 18/04/2023

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação

Sustentare Saneamento S/A

Realizaveis a Longo Prazo, no decorrer do exercício de 2022 a administração decidiu reclassificar parte de seus imóveis vinculados com projetos de desenvolvimento de aterros sanitarios e/ou Unidades de Tratamento de Residuos para a conta de Propriedade para Investimentos em Aterros Sanitarios, no montante de R$ 37.679.810.

10. Investimentos – Composto conforme abaixo, por investimento na empresa Modernna Ambiental S.A, está calculada pela equivalência patrimonial.

	2022	2021
Modernna Ambiental S/A	48.782.615	48.980.071
	48.782.615	**48.980.071**

A participação, o patrimônio líquido e o resultado da controlada em 2022 apresentaram-se como segue:

	Participação	Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício
Modernna Ambiental S/A	100%	48.782.615	(52.922)

11. Imobilizado e intangível	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Saldo Final
Terrenos (a)	14.030.000	2.988.405	–	(17.018.405)	–	–
Edifícios (a)	3.044.392	–	–	(2.840.134)	(151.202)	53.057
Máquinas e equipamentos	17.404.636	10.673.420	(178.999)	86.178	(6.684.152)	21.301.084
Veículos em Geral	30.328.847	17.854.000	(477.019)	(86.178)	(13.544.562)	34.075.088
Outros Bens	160.927	3.305.938	(2.205)	3.511.377	(603.904)	6.372.133
Imobilizado	**64.968.803**	**34.821.763**	**(658.223)**	**(16.347.162)**	**(20.983.820)**	**61.801.361**
Softwares	85.875	–	–	–	(39.852)	46.023
Intangivel	**85.875**	**–**	**–**	**–**	**(39.852)**	**46.023**

(a) Conforme mencionado na nota explicativa nº 9, a administração da sociedade reclassificou os ativos relacionados à imóveis (terrenos e edificações) para a conta de Proporiedades para Investimentos em Aterros Sanitarios.

12. Empréstimos e financiamentos – Os montantes de curto e longo prazos têm a seguinte composição:

				2022		2021	
Modalidade	**Amortização**	**Final**	**Garantias**	**Circulante**	**Não Circulante**	**Circulante**	**Não Circulante**
Empréstimos							
Capital de Giro	Mensal	2024	Aval	55.782.327	17.704.177	13.794.616	4.722.222
Conta Garantia	Mensal	2022	Aval	–	–	18.806.273	–
				55.782.327	**17.704.177**	**32.600.889**	**4.722.222**
Financiamentos							
Finame	Mensal	2026	Alien.Fiduciária	8.545.794	7.546.589	6.245.917	6.017.954
CDC	Mensal	2027	Alien.Fiduciária	8.209.398	22.456.697	6.995.830	15.895.661
				16.755.192	**30.003.286**	**13.241.747**	**21.913.615**
Total de empréstimos e financiamentos				**72.537.518**	**47.707.464**	**45.842.637**	**26.635.838**

13. Fornecedores – Representa os saldos a pagar na data de encerramento das demonstrações financeiras aos fornecedores de serviços e materiais aplicados na consecução das atividades operacionais da Sociedade.

14. Obrigações fiscais e sociais – Conforme escrituras de cessão de créditos, a Sociedade obteve, nos exercícios de 2020 e 2021, como quitação de dívida de empresa coligada montante de créditos fiscais suportados pela decisão transitada em julgado na 7º Vara da Justiça Federal do Distrito Federal. A mencionada decisão judicial permite a compensação dos créditos com quaisquer tributos administrados pela Receita Federal do Brasil, desta feita, a administração optou pela compensação contábil de débitos tributários relativos à Cofins, PIS e INSS. Os saldos em 31 de dezembro de 2022 estão compostos pelas seguintes obrigações:

	2022	2021
Cofins a recolher	621.472	15.670
IRRF sobre salários	1.051.759	879.520
FGTS a recolher	1.497.872	1.328.667
ISS a recolher	1.892.070	1.711.456
Outros Impostos a Recolher	2.100.724	2.670.801
Total de obrigações fiscais e sociais	**7.163.897**	**6.606.114**
15. Obrigações com pessoal	**2022**	**2021**
Salários a pagar	9.554.233	8.511.439
Provisão para férias e encargos	22.836.168	19.412.281
Outras obrigações com pessoal	284.019	269.922
Total de obrigações com pessoal	**32.674.420**	**28.193.642**

16. Parcelamentos de tributos

	Circulante		Não Circulante	
	2022	2021	2022	2021
FGTS	152.555	28.139	419.739	196.975
INSS	1.386.472	1.255.753	786.699	1.966.774
PERT – Receita Federal	3.036.152	2.700.297	10.879.545	12.802.174
PERT – Previdenciário	515.704	471.612	1.847.939	2.161.552
Receita Federal – Simplficado	520.708	–	1.605.517	–
Outros parcelamentos	163.619	250.356	436.314	616.474
Total de Parcelamentos	**5.775.210**	**4.706.157**	**15.975.753**	**17.743.949**

17. Impostos diferidos – Representa o Imposto de renda da pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido incidentes sobre as exclusões temporárias do lucro contábil. As mencionadas exclusões provêm das receitas não recebidas, em seu vencimento, de órgãos governamentais (Prefeituras). Adicionalmente, conforme notas explicativas, nº 9 – Propriedades para Investimentos e nº 20 – Ajuste de avaliação patrimonial, estão incluídos na rúbrica de Impostos diferidos os tributos incidentes sobre os ajustes a valor justo decorrentes de avaliação patrimonial de imóveis preparada por empresa independente contratada.

	2022	2021
Tributos sobre receitas diferidas	11.752.969	11.752.969
Tributos diferidos sobre ajuste de avaliação patrimonial	5.991.078	–
Total de tributos diferidos	**17.744.047**	**11.752.969**

18. Provisão para contingências – A Sociedade apura e apropria as contingências existentes na data de seu balanço consideradas juridicamente como **"remota ou prováveis"**, para fazer face às perdas estimadas por seus advogados. As contingências passivas, cujos assessores jurídicos da sociedade entendem ser de risco remota ou provável montam em:

	2022	2021
Contigências Tirbutárias	4.184.266	4.184.266
Contigências Cíveis e Trabalhistas	243.843	243.843
Total de tributos diferidos	**4.428.109**	**4.428.109**

A Sociedade também está envolvida em outros processos trabalhistas e cíveis cujos assessores jurídicos entendem que a possibilidade de perda é possível, dessa forma não foram apropriados contabilmente.

19. Capital social – O Capital Social integralizado é composto por 173.702.860 ações ordinárias, nominativas emitidas pelo valor de R$1,00 por ação.

20. Ajuste de avaliação patrimonial – Durante o exercício de 2022 foram transferidos bens imóveis para a conta de Propriedades para investimentos em Aterros Sanitários (nota explicativa nº 9). Ao final do exercício, através de laudos de avaliação patrimonial emitidos por empresa independente, foram registrados ajustes de avaliação patrimonial com o propósito de apresentação dos bens aos seus valores justos.

Total de ajuste de avaliação patrimonial	**17.691.405**
Impostos diferidos	(5.991.078)
Total de ajuste de avaliação patrimonial líquido dos impostos	**11.700.327**

Diretoria	
Adilson Alves Martins – Diretor Presidente	**Leonel Hernan Emilio Bustia** – Diretor
Bruno de Bartolo Martins – Diretor	**Marcelo Duarte de Oliveira** – Diretor

Contadora
Marlene Maria Teixeira de Oliveira
CRC 1SP 199702/O-3

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e administradores **Sustentare Saneamento S/A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da **Sustentare Saneamento S/A**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, correspondentes ao exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Sustentare Saneamento S.A.**, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações, as mutações do patrimônio líquido e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase – Valor de realização de contras a receber:** Chamamos a atenção que no exercício de 2022 a Sociedade manteve registrados créditos provenientes de prestação de serviços realizados em exercícios anteriores, no valor total de R$ 119.773 mil (R$ 84.295 mil em 2021), que, de acordo com seus assessores jurídicos, tem alto grau de realização. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Ênfase – Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** Chamamos a atenção para o fato que as contas a receber de clientes e os créditos mencionados no parágrafo de ênfase acima, são, em sua maioria, compostos por valores vencidos e não recebidos em suas respectivas datas de vencimento. A administração optou por constituir provisão para perdas no recebimento desses créditos no valor de R$ 15.048 mil (R$ 14.610 mil em 2021), por entender que o referido montante seja suficiente para refletir as possíveis perdas futuras. Nossa opinião não está modificada por esse assunto. **Ênfase – Partes relacionadas:** A Sociedade mantém registrados no Ativo Circulante, os valores dos créditos provenientes de operações de mútuo com empresas coligadas, de acordo com a expectativa de realização dentro do próximo exercício. Nossa opinião não está modificada por esse assunto. **Ênfase – Procedimentos tributários:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 14 que menciona a compensação de determinados débitos tributários com créditos fiscais de exercícios anteriores cujo direito de compensação foi determinado em decisão transitada em julgado pela 7º Vara da Justiça Federal do Distrito Federal. Nossa opinião não está modificada por esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A diretoria da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de março de 2023.

Triade Auditores Independentes – CRC 2SP 015.090/0-5
Sergio de Andrade Behrend – Sócio Diretor – CRC 1SP 197.708/0-8

Data Mercantil
A melhor opção para sua empresa
Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil
(11) 3361-8833
comercial@datamercantil.com.br

SND Distribuição de Produtos de Informática S.A.

CNPJ nº 02.101.894/0001-31

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31/12/2022 E 2021 *(Valores expressos milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	2022	2021
Circulante	**267.105**	**294.958**
Caixa e equivalentes de caixa	13.677	16.577
Contas a receber	136.588	164.624
Estoques	54.513	56.418
Impostos a recuperar	34.071	27.240
Adiantamento a fornecedores	493	314
Partes relacionadas	22.914	24.268
Outros créditos	4.849	5.517
Não circulante	**27.102**	**19.833**
Impostos a recuperar	2.287	2.284
Partes relacionadas	11.174	6.000
Impostos diferidos	3.459	3.813
Outros créditos	4.552	3.631
Imobilizado	3.859	3.584
Ativos de direito de uso	1.679	449
Intangível	92	72
Total do ativo	**294.207**	**314.791**

Passivo	2022	2021
Circulante	**188.814**	**227.701**
Fornecedores	112.795	162.534
Empréstimos e financiamentos	37.241	32.460
Debênture	1.132	2.150
Arrendamento mercantil direito de uso	866	535
Obrigações tributárias	11.780	10.905
Salários e encargos	4.662	4.198
Adiantamento de clientes	9.577	7.295
Provisões para riscos	1.341	2.307
Outras contas a pagar	9.420	5.317
Não circulante	**50.121**	**49.083**
Empréstimos e financiamentos	36.407	35.966
Debênture	5.364	5.000
Arrendamento mercantil direito de uso	1.120	-
Obrigações tributárias	1.368	2.130
Provisões para riscos	5.862	5.987
Patrimônio líquido	**55.272**	**38.007**
Capital	20.206	20.206
Reserva legal	4.041	3.080
Reservas de lucros	31.025	14.721
Total do passivo e do patrimônio líquido	**294.207**	**314.791**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	2022	2021
Receita operacional bruta	**1.001.681**	**986.888**
Tributos sobre vendas e devoluções	(92.166)	(97.231)
Receita operacional líquida	**909.515**	**889.657**
Custo dos produtos e serviços prestados	(775.037)	(736.302)
Lucro bruto	**134.478**	**153.355**
Receitas/(despesas) operacionais		
Despesas com vendas	(47.643)	(72.236)
Despesas gerais e administrativas	(12.632)	(9.339)
Pessoal	(41.086)	(36.586)
Outras receitas e despesas, líquidas	11.295	(1.323)
	(90.066)	**(119.484)**
Lucro operac. Antes do resultado financeiro	**44.412**	**33.871**
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	15.781	11.164
Despesas financeiras	(35.040)	(29.112)
Lucro líquido/(prej.) antes do IRPJ e CSLL	**25.153**	**15.923**
Correntes	(1.705)	(3.548)
Diferidos	(354)	(1.011)
	(2.059)	**(4.559)**
Lucro líquido/(prejuízo)do exercício	**23.094**	**11.364**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2022	2021
Resultado antes do IRPJ e CSLL - corrente	24.799	14.912
Caixa (aplicado nas) gerado pelas ativid. operac.		
Impostos diferidos	354	1.011
Depreciações e amortizações	1.808	2.220
Baixas de ativo imobilizado e intangível	4	(149)
Provisões passivas	(1.093)	2.423
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	24	(686)
Provisão para obsolescência nos estoques	(388)	(236)
Juros apropriados - arrendamento mercantil	156	109
Juros apropriados – empréstimos	17.321	6.060
Juros e multas apropriados – debêntures	(2.404)	-
	40.581	**25.664**
Redução/(aumento) em ativos operacionais:		
Contas a receber	28.012	(43.308)
Estoques	2.293	(14.686)
Impostos a recuperar	(6.834)	2.927
Adiantamento á fornecedores	(179)	316
Outros ativos	(251)	(881)
Aumento/(redução) em passivos operacionais:		
Fornecedores	(49.738)	60.474
Obrigações tributárias	113	2.619
Obrigações trabalhistas	464	(450)
Adiantamento de clientes	2.282	3.294
Outras contas a pagar	4.103	(6.757)
Pagamento de IRPJ e CSLL	(1.707)	(3.548)
Juros pagos – empréstimos	(13.021)	(8.266)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**6.118**	**17.398**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao ativo imobilizado	(1.638)	(1.844)
Adições ao ativo intangível	(1.698)	(15)
Partes relacionadas	(3.820)	(5.587)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	**(7.156)**	**(7.446)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos	40.455	30.946
Captação debentures	1.750	3.000
Amortização de empréstimos	(39.532)	(25.388)
Dividendos	(5.829)	(3.620)
Amortização de arrendamento mercantil	1.294	(516)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financ.	**(1.862)**	**4.422**
(Red.)/aum. do saldo de caixa e equiv. de caixa	**(2.900)**	**14.374**
Caixa e equivalentes de caixa:		
No início do exercício	16.577	2.203
No fim do exercício	13.677	16.577
(Red.)/aum. do saldo de caixa e equiv. de caixa	**(2.900)**	**14.374**

NOTAS EXPLICATIVAS

A **SND** é uma empresa 100% brasileira e uma das maiores distribuidoras de produtos, serviços e soluções em tecnologia do Brasil. No mercado há mais de 35 anos, atua com agilidade e competência para levar inovação ao setor. Essas qualidades a levaram ao patamar de atender, em média, 6.500 revendas por ano. Para tanto, a distribuidora mantém um portfólio diversificado, com produtos fornecidos por renomados fabricantes mundiais, incluindo soluções em nuvem e serviços. A **SND** vem fortalecendo cada vez mais suas atuações, oferecendo ao mercado novas oportunidades de negócios e atendimento segmentado. Trabalhamos esse ano a parceria estratégica com a Huawei para distribuição dos seus produtos e nos preparamos internamente com a nova BU de negócios voltada para o mercado de Enterprise. Também lançamos para o mercado a oferta de locação no modelo DaaS (Device as a Service) assumindo o compromisso de democratizar a locação e **aumentar a rentabilidade garantindo receita recorrente para nossos revendedores. Em Cloud potencializamos a parceria com os ISVs** (Independent Software Vendor), acrescentando ao portfólio a oferta de 03 novos desenvolvedores: Easy Inventory, Cloud8 e Acronis que somam um total de 07 ISVs.

José Bublitz Machado
Presidente

Marcelo Rodrigues Soares
Diretor Financeiro

Adauto Pereira da Silva Jr.
Contador – CRC nº 1SP 226.464/O-5

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À Diretoria e Comitê de Gestão da **SND Distribuição de Produtos de Informática S.A.,** Barueri/SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da **SND Distribuição de Produtos de Informática S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SND Distribuição de Produtos de Informática S.A. ("Companhia")** em 31/12/2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Avaliação sobre as estimativas utilizadas pela Companhia:** Em 31/12/2022, a Administração da Companhia apresenta rubricas contábeis que contêm estimativas relevantes, cujas mensurações demandam cálculos com base em metodologias e análises. A Administração da Companhia precisa identificar e definir políticas contábeis para que todas as estimativas sejam capturadas, calculadas e devidamente divulgadas. Dado que estas mensurações e divulgações poderiam gerar efeitos significativos nas demonstrações contábeis, consideramos este assunto mencionado como significativo em nossa auditoria, na qualidade de Principal Assunto de Auditoria ("PAA"). **Resposta da auditoria ao assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram principalmente: ➔ Analisamos a competência e objetividade dos especialistas externos contratados pela Administração; ➔ Incluímos nossos especialistas para avaliação do modelo e razoabilidade das premissas consideradas e recálculo aritmético; ➔ Comparamos dados utilizados com dados observáveis comparáveis; ➔ Confirmação dos dados observáveis através das fontes de dados mencionadas no laudo dos especialistas externos; ➔ Análise da performance financeira considerada no modelo, com períodos anteriores (histórico); ➔ Verificamos se a metodologia utilizada foi consistente com premissas adotadas no exercício anterior. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a mensuração das estimativas contábeis, bem como as divulgações efetuadas, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31/12/2022. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31/12/2022, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às Demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. Na elaboração das demonstrações, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: ➔ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; ➔ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; ➔ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, de base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2023

BDO RCS
Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Henrique Herbel de Melo Campos
Contador
CRC 1 SP 181015/O-3

BRDOCS

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 18/04/2023

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

CAS Tecnologia S.A.

CNPJ n° 00.958.378/0001-00

Convocação - Assembleia Geral Ordinária em 28/04/2023

Ficam convocados os srs. acionistas para uma assembleia geral ordinária a realizar-se no dia 28/04/2023, às 16:00h, na sede social em São Paulo, SP, à Rua Dias Leme, 130, para tratar da seguinte ordem do dia: a) Aprovação das Demonstrações Contábeis do exercício de 2022 e b) Distribuição de dividendos. São Paulo, 18/19/20 de abril de 2023 (aa) Welson Regis Jacometti, Diretor Presidente. (18, 19 e 20/04/23)

Leven S/A

CNPJ/MF nº 40.690.076/0001-00

Balanço Patrimonial de 01/01/2022 a 31/12/2022 *(Em Reais)*

	2022	2021
Ativo	**1.862.487,42**	**1.006.776,25**
Ativo circulante	**1.577.922,19**	**1.000.003,35**
Disponibilidades	1.507.300,75	999.409,04
Bancos conta movimento	10,00	10,00
Aplicações financeiras	1.507.290,75	999.399,04
Direitos realizáveis a curto prazo	70.621,44	594,31
Clientes nacionais	23.544,33	–
Adiantamentos	2.243,31	–
Tributos e contrib. a compensar	44.833,80	594,31
Ativo não circulante	**264.165,23**	**6.772,90**
Imobilizado	264.165,23	6.772,90
Bens e direitos em uso	268.392,20	7.129,36
(-) Depreciação acumulada	(4.226,97)	(356,46)
Contas de compensação	20.400,00	–

Demonstração do Resultado do Exercício de 01/01/2022 a 31/12/2022 *(Em Reais)*

	2022	2021
Receitas	76.057,97	–
Receitas operacionais	76.057,97	–
Receita bruta com vendas e serviços	76.057,97	–
Receitas com serviços	76.057,97	–
Deduções das receitas c/vendas e serviço	(10.838,23)	–
Impostos s/vendas e serviços	(10.838,23)	–
(=) Receita líquida	65.219,74	–
(=) Resultado bruto	65.219,74	–
Despesas	(2.000.369,95)	(1.009.735,34)
Despesas operacionais	(2.000.369,95)	(1.009.735,34)
Despesas administrativas	(1.993.393,51)	(1.009.735,34)
Despesas trabalhistas	(211.581,49)	(45.358,63)
Despesas gerais	(1.781.812,02)	(964.376,71)
Despesas comerciais	(240.174,14)	–
Despesas operacionais tributárias	(6.976,44)	–
Impostos	(6.976,44)	–
(=) Resultado antes das receitas/despesas financeiras	(1.935.150,21)	(1.009.735,34)
(=) Resultado financeiro	284.981,81	(11,66)

	2022	2021
Passivo	**1.862.487,42**	**1.006.776,25**
Passivo circulante	**107.176,96**	**36.523,25**
Fornecedores	58.353,68	–
Fornecedores	37.734,12	–
Fornecedores	20.619,56	–
Obrigações trabalhistas	32.542,02	6.453,26
Folha de pagamento de empregados	14.547,97	2.509,65
Encargos sociais a pagar	7.146,35	3.490,97
Provisões da folha de pagamento	10.847,70	452,64
Obrigações tributárias	6.281,26	69,99
Impostos retidos a recolher	653,21	61,36
Imp. e contribuições s/receitas	5.628,05	8,63
Contas a pagar	10.000,00	30.000,00
Outras contas a pagar	10.000,00	30.000,00
Patrimônio líquido	**1.734.910,46**	**970.253,00**
Capital	4.635.000,00	1.980.000,00
Ações	4.635.000,00	1.980.000,00
Lucros ou prejuízos acumulados	(2.900.089,54)	(1.009.747,00)
Contas de compensação	20.400,00	–

	2022	2021
Receitas financeiras	288.285,19	675,88
Ganhos com aplicações financeiras	302.344,19	708,84
Deducões receitas financeira	(14.059,00)	(32,96)
Despesas operacionais financeiras	(3.303,38)	(687,54)
Despesas financeiras	(3.303,38)	(687,54)
(=) Resultado antes do IR/CSLL	(1.650.168,40)	(1.009.747,00)
(=) Resultado antes das participações societárias	(1.650.168,40)	(1.009.747,00)
(=) Resultado do exercicio	(1.890.342,54)	(1.009.747,00)

Breno Figueiredo Pinheiro – Diretor
José Augusto de Oliveira
Contador CRC 1SP 239.826/O-1

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833
comercial@datamercantil.com.br